

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	19
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	20
Demonstração de Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	85
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	20.000
Preferenciais	34.065
Total	54.065
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.197.995	1.209.030
1.01	Ativo Circulante	285.154	278.306
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.019	16.828
1.01.01.01	Caixa e Bancos	12.008	16.828
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	2.011	0
1.01.03	Contas a Receber	199.558	176.689
1.01.03.01	Clientes	171.481	169.067
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	190.354	180.001
1.01.03.01.02	(-) Perdas estimadas créd.liquid.duvidosa	-18.873	-10.934
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	28.077	7.622
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	28.077	7.622
1.01.04	Estoques	57.783	74.914
1.01.04.01	Estoques	57.783	74.914
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.454	9.417
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.454	9.417
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	10.454	9.417
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.340	458
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	3.340	458
1.02	Ativo Não Circulante	912.841	930.724
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	97.987	102.671
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.796	7.740
1.02.01.01.03	Aplicação Mercado Vinculado	1.796	7.740
1.02.01.06	Tributos Diferidos	70.817	70.775
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	70.817	70.775
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	21.996	20.457
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	21.996	20.457
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.378	3.699
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	1.609	1.930
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.769	1.769
1.02.02	Investimentos	661.640	663.589
1.02.02.01	Participações Societárias	661.640	663.589
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	661.640	663.589
1.02.03	Imobilizado	143.970	155.597
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	143.970	155.597
1.02.03.01.01	Imobilizado	143.970	155.597
1.02.04	Intangível	9.244	8.867
1.02.04.01	Intangíveis	9.244	8.867
1.02.04.01.02	Intangíveis	9.244	8.867

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.197.995	1.209.030
2.01	Passivo Circulante	536.363	514.015
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.458	18.836
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.932	3.678
2.01.01.01.01	Encargos Sociais a Pagar	3.932	3.678
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	17.526	15.158
2.01.01.02.01	Salários a Pagar	33	0
2.01.01.02.02	Provisão de Férias e 13º salário	17.493	15.158
2.01.02	Fornecedores	129.554	239.802
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	128.375	239.070
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	128.375	239.070
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.179	732
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	1.179	732
2.01.03	Obrigações Fiscais	219.247	137.800
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	158.372	96.957
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais e Tributárias	158.372	96.957
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	60.841	40.808
2.01.03.02.01	ICMS a Pagar	60.841	40.808
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	34	35
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	153.886	87.224
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	153.866	87.185
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	153.866	87.185
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	20	39
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	20	39
2.01.05	Outras Obrigações	2.461	24.467
2.01.05.02	Outros	2.461	24.467
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	2.461	24.467
2.01.06	Provisões	9.757	5.886
2.01.06.02	Outras Provisões	9.757	5.886
2.01.06.02.04	Provisões diversas	9.757	5.886
2.02	Passivo Não Circulante	958.847	941.809
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	23.223	44.777
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	23.223	44.777
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	23.223	44.777
2.02.02	Outras Obrigações	926.045	887.740
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	521.309	520.844
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	521.309	520.844
2.02.02.02	Outros	404.736	366.896
2.02.02.02.03	Valores a Pagar - Terceiros	367	27.835
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais e Tributárias	246.592	256.745
2.02.02.02.05	Provisões p/Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	108.158	82.200
2.02.02.02.06	Fornecedores	49.619	116
2.02.04	Provisões	9.579	9.292
2.02.04.02	Outras Provisões	9.579	9.292
2.02.04.02.04	Provisões Diversas	9.579	9.292

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03	Patrimônio Líquido	-297.215	-246.794
2.03.01	Capital Social Realizado	795.142	795.142
2.03.02	Reservas de Capital	102.113	100.014
2.03.02.07	Reservas de Capital	102.113	100.014
2.03.03	Reservas de Reavaliação	31.410	32.421
2.03.03.01	Controladas/Coligadas e Equiparadas	31.410	32.421
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.421.139	-1.468.327
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	65.450	65.921
2.03.06.01	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	65.450	65.921
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	129.809	228.035
2.03.07.01	Ajustes Acumulados de Conversão	129.809	228.035

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	277.700	553.072	262.371	542.080
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-154.734	-325.090	-172.314	-347.160
3.03	Resultado Bruto	122.966	227.982	90.057	194.920
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-68.420	-120.078	-91.405	-251.332
3.04.01	Despesas com Vendas	-82.739	-151.098	-84.571	-188.715
3.04.01.01	Despesas com Pessoal	-16.407	-31.334	-15.667	-32.148
3.04.01.02	Despesas com Propaganda	-909	-1.289	-5.937	-7.594
3.04.01.03	Despesas com Promoção de Vendas	-34.326	-51.388	-26.668	-72.521
3.04.01.04	Despesas com Fretes	-25.279	-54.972	-27.666	-58.053
3.04.01.06	Serviços de Terceiros	-1.087	-2.284	-3.055	-6.397
3.04.01.07	Despesas de Viagem	-407	-824	-469	-810
3.04.01.08	Despesas com Aluguéis	-2.488	-5.418	-3.054	-6.448
3.04.01.09	Outras Despesas	-1.836	-3.589	-2.055	-4.744
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.387	-35.872	-18.715	-35.008
3.04.02.01	Despesas com Pessoal	-10.028	-19.650	-10.214	-18.965
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-5.333	-9.564	-4.785	-8.496
3.04.02.03	Depreciação/Amortização	-1.077	-2.072	-757	-1.407
3.04.02.04	Energia e Comunicação	-439	-790	-742	-1.448
3.04.02.06	Despesas de Viagem	-68	-121	-65	-148
3.04.02.07	Despesas com Aluguéis	-150	-703	-805	-1.531
3.04.02.08	Outras Despesas	-1.292	-2.972	-1.347	-3.013
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	28.096	28.261	3.395	48.513
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	28.096	28.261	3.395	48.513
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-47.117	-57.646	-6.048	-32.971
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-47.117	-57.646	-6.048	-32.971
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	51.727	96.277	14.534	-43.151
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	54.546	107.904	-1.348	-56.412

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.06	Resultado Financeiro	-29.614	-62.240	-22.560	-78.907
3.06.01	Receitas Financeiras	2.217	4.847	21.591	54.504
3.06.01.01	Outras Receitas Financeiras	1.859	2.229	757	1.297
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	358	2.618	20.834	53.207
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.831	-67.087	-44.151	-133.411
3.06.02.01	Outras Despesas Financeiras	-31.537	-65.917	-21.348	-46.934
3.06.02.03	V.Cambial Passiva	-294	-1.170	-22.803	-86.477
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	24.932	45.664	-23.908	-135.319
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	22	42	12.276	45.780
3.08.02	Diferido	22	42	12.276	45.780
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.954	45.706	-11.632	-89.539
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	24.954	45.706	-11.632	-89.539
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,46156	0,84539	-0,21516	-1,656
3.99.01.02	ON	0,46155	0,8454	-0,21516	-1,656
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	0,235	0,43	-0,109	-0,843
3.99.02.02	ON	0,235	0,433	-0,109	-0,843

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	24.954	45.706	-11.632	-89.539
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-52.741	-98.226	-15.549	70.267
4.02.01	Ajustes de Conversão do Período	-52.741	-98.226	-15.549	70.267
4.03	Resultado Abrangente do Período	-27.787	-52.520	-27.181	-19.272

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-42.379	10.326
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.923	-28.107
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) Antes dos Impostos	45.664	-135.319
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	13.687	10.066
6.01.01.03	Perdas estimadas créd.de liquid.duvidosa	7.939	2.400
6.01.01.04	Provisão (reversão de prov.) de Estoques	660	2.705
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-96.277	43.151
6.01.01.07	Vlr.Residual do At.Não Circulante	353	13
6.01.01.08	Provisões para Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	26.549	915
6.01.01.12	Variação Cambial	-1.443	33.460
6.01.01.13	Juros Não Pagos	10.791	14.502
6.01.03	Outros	-50.302	38.433
6.01.03.01	Clientes	-10.353	-46.097
6.01.03.02	Estoques	16.471	13.118
6.01.03.03	Despesas Antecipadas	-2.882	-7.440
6.01.03.04	Impostos a Recuperar	-716	5.806
6.01.03.05	Outras Contas a Receber	-20.455	3.369
6.01.03.06	Fornecedores	-60.745	43.711
6.01.03.07	Salários e Encargos a Pagar	2.622	5.989
6.01.03.08	Obrigações Fiscais e Tributárias	71.294	21.159
6.01.03.09	Sociedades Controladas e Ligadas	-1.074	35.856
6.01.03.10	Valores de Terceiros	-26.031	-44.723
6.01.03.11	Outras Contas a Pagar	-18.433	7.685
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.155	-31.818
6.02.01	Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	5.944	-134
6.02.02	Adições ao Ativo Imobilizado	-2.707	-31.529
6.02.07	Adições ao Intangível	-82	-155
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	36.415	16.227
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	294.783	70.893
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-258.368	-54.666
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.809	-5.265
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.828	12.958
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.019	7.693

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	795.142	100.014	0	-1.468.327	326.377	-246.794
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	100.014	0	-1.468.327	326.377	-246.794
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.099	0	0	0	2.099
5.04.08	Debêntures Conversíveis em Ações	0	2.099	0	0	0	2.099
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.177	-98.697	-52.520
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	45.706	0	45.706
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	471	-98.697	-98.226
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-98.226	-98.226
5.05.02.06	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	0	0	0	471	-471	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.011	-1.011	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.011	-1.011	0
5.07	Saldos Finais	795.142	102.113	0	-1.421.139	226.669	-297.215

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	795.142	95.962	0	-1.094.404	143.032	-60.268
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	95.962	0	-1.094.404	143.032	-60.268
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.983	0	0	0	1.983
5.04.08	Debêntures Conversíveis em Ações	0	1.983	0	0	0	1.983
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-89.063	69.788	-19.275
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-89.539	0	-89.539
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	476	69.788	70.264
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	70.264	70.264
5.05.02.06	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	0	0	0	476	-476	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	979	-979	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	979	-979	0
5.07	Saldos Finais	795.142	97.945	0	-1.182.488	211.841	-77.560

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	776.236	802.389
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	755.914	756.277
7.01.02	Outras Receitas	28.261	48.512
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.939	-2.400
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-561.589	-621.190
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-372.940	-443.572
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-188.187	-177.508
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-462	-110
7.03	Valor Adicionado Bruto	214.647	181.199
7.04	Retenções	-13.687	-10.066
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.687	-10.066
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	200.960	171.133
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	101.124	11.353
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	96.277	-43.151
7.06.02	Receitas Financeiras	4.847	54.504
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	302.084	182.486
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	302.084	182.486
7.08.01	Pessoal	84.178	87.937
7.08.01.01	Remuneração Direta	58.057	62.688
7.08.01.02	Benefícios	19.599	19.678
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.522	5.571
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	97.469	42.476
7.08.02.01	Federais	44.571	-5.986
7.08.02.02	Estaduais	51.772	47.464
7.08.02.03	Municipais	1.126	998
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	74.731	141.612
7.08.03.01	Juros	51.336	42.672
7.08.03.02	Aluguéis	7.837	8.586
7.08.03.03	Outras	15.558	90.354
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	45.706	-89.539
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	45.706	-89.539

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	687.388	701.474
1.01	Ativo Circulante	302.562	296.326
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.897	17.939
1.01.01.01	Caixa e Bancos	14.886	17.939
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	3.011	0
1.01.03	Contas a Receber	210.192	190.101
1.01.03.01	Clientes	181.844	182.205
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	202.922	194.970
1.01.03.01.02	(-) Perdas estimadas créd.liquid.duvidosa	-21.078	-12.765
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	28.348	7.896
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	28.348	7.896
1.01.04	Estoques	60.253	77.758
1.01.04.01	Estoques	60.253	77.758
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.880	10.070
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.880	10.070
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	10.880	10.070
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.340	458
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	3.340	458
1.02	Ativo Não Circulante	384.826	405.148
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	26.975	32.478
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.796	7.740
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira	1.796	7.740
1.02.01.03	Contas a Receber	4	5
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4	5
1.02.01.06	Tributos Diferidos	21.797	21.034
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.797	21.034
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.378	3.699
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	1.609	1.930
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.769	1.769
1.02.03	Imobilizado	322.225	337.404
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	322.225	337.404
1.02.04	Intangível	35.626	35.266
1.02.04.01	Intangíveis	35.626	35.266
1.02.04.01.02	Intangíveis	35.626	35.266

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	687.388	701.474
2.01	Passivo Circulante	542.558	522.012
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.838	19.241
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.992	3.759
2.01.01.01.01	Encargos Sociais a Pagar	3.992	3.759
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	17.846	15.482
2.01.01.02.01	Salários a Pagar	33	0
2.01.01.02.02	Provisão de Férias e 13º salário	17.813	15.482
2.01.02	Fornecedores	132.449	243.822
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	129.905	243.090
2.01.02.01.01	Fornecedores	129.905	243.090
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.544	732
2.01.03	Obrigações Fiscais	219.446	138.445
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	158.464	97.333
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	39	260
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais e Tributárias	158.425	97.073
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	60.935	41.064
2.01.03.02.01	ICMS a Pagar	60.935	41.064
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	47	48
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	155.621	89.094
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	155.601	89.055
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	155.601	89.055
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	20	39
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	20	39
2.01.05	Outras Obrigações	3.410	25.359
2.01.05.02	Outros	3.410	25.359
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	3.410	25.359
2.01.06	Provisões	9.794	6.051
2.01.06.02	Outras Provisões	9.794	6.051
2.01.06.02.04	Provisões Diversas	9.794	6.051
2.02	Passivo Não Circulante	442.045	426.256
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	26.983	49.321
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	26.983	49.321
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	26.983	49.321
2.02.02	Outras Obrigações	405.483	367.643
2.02.02.02	Outros	405.483	367.643
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais e Tributárias	246.592	256.745
2.02.02.02.04	Valores a Pagar - Terceiros	367	27.835
2.02.02.02.05	Fornecedores	49.619	116
2.02.02.02.07	Provisão para Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	108.905	82.947
2.02.04	Provisões	9.579	9.292
2.02.04.02	Outras Provisões	9.579	9.292
2.02.04.02.04	Provisões diversas	9.579	9.292
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-297.215	-246.794
2.03.01	Capital Social Realizado	795.142	795.142

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.01.01	Capital Social Realizado	795.142	795.142
2.03.02	Reservas de Capital	102.113	100.014
2.03.02.07	Reservas de Capital	102.113	100.014
2.03.03	Reservas de Reavaliação	31.410	32.421
2.03.03.01	Controladas/Coligadas e Equiparadas	31.410	32.421
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.421.139	-1.468.327
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	65.450	65.921
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	129.809	228.035
2.03.07.01	Ajustes Acumulados de Conversão	129.809	228.035

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	280.075	558.132	266.808	551.674
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-154.192	-325.040	-173.710	-350.305
3.03	Resultado Bruto	125.883	233.092	93.098	201.369
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-124.437	-224.098	-112.060	-220.463
3.04.01	Despesas com Vendas	-84.618	-154.919	-89.146	-197.656
3.04.01.01	Despesas com Pessoal	-17.311	-33.207	-16.616	-34.080
3.04.01.02	Despesas com Propaganda	-931	-1.330	-6.005	-8.043
3.04.01.03	Despesas com Promoção de Vendas	-34.705	-52.151	-29.043	-76.551
3.04.01.04	Despesas com Fretes	-25.499	-55.468	-28.305	-59.473
3.04.01.06	Serviços de Terceiros	-1.316	-2.711	-3.364	-7.064
3.04.01.07	Despesas de Viagem	-439	-896	-572	-1.056
3.04.01.09	Despesas com Aluguéis	-2.485	-5.376	-2.996	-6.337
3.04.01.10	Outras Despesas	-1.932	-3.780	-2.245	-5.052
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.394	-39.392	-20.119	-37.905
3.04.02.01	Despesas com Pessoal	-10.045	-19.674	-10.208	-19.052
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-5.489	-9.892	-5.002	-8.905
3.04.02.03	Depreciação/Amortização	-2.905	-5.612	-2.577	-4.982
3.04.02.04	Energia e Comunicação	-439	-790	-746	-1.459
3.04.02.06	Despesas de Viagem	-68	-121	-65	-157
3.04.02.07	Despesas de Aluguéis	-121	-239	-134	-240
3.04.02.08	Outras Despesas	-1.327	-3.064	-1.387	-3.110
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	28.104	28.298	3.532	48.658
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	28.104	28.298	3.532	48.658
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-47.529	-58.085	-6.327	-33.560
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-47.529	-58.085	-6.327	-33.560
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.446	8.994	-18.962	-19.094
3.06	Resultado Financeiro	23.129	35.986	-5.392	-116.722

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.06.01	Receitas Financeiras	75.875	142.006	2.568	6.290
3.06.01.01	Outras Receitas Financeiras	1.860	2.230	441	1.891
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	74.015	139.776	2.127	4.399
3.06.02	Despesas Financeiras	-52.746	-106.020	-7.960	-123.012
3.06.02.01	Outras Despesas Financeiras	-31.644	-66.137	-21.468	-47.255
3.06.02.03	Variação Cambial Passiva	-21.102	-39.883	13.508	-75.757
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	24.575	44.980	-24.354	-135.816
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	379	726	12.722	46.277
3.08.01	Corrente	-13	-37	91	-212
3.08.02	Diferido	392	763	12.631	46.489
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.954	45.706	-11.632	-89.539
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	24.954	45.706	-11.632	-89.539
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	24.954	45.706	-11.632	-89.539
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,46156	0,84539	-0,21516	-1,656
3.99.01.02	ON	0,46156	0,84539	-0,21516	-1,656
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	0,235	0,43	-0,109	-0,843
3.99.02.02	ON	0,235	0,43	-0,109	-0,843

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	24.954	45.706	-11.632	-89.539
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-52.741	-98.226	-15.549	70.267
4.02.01	Ajustes de Conversão do Período	-52.741	-98.226	-15.549	70.267
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-27.787	-52.520	-27.181	-19.272
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-27.787	-52.520	-27.181	-19.272

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-38.506	-26.854
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	8.926	-29.691
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) Antes dos Impostos	44.980	-135.816
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	17.256	13.667
6.01.01.03	Perdas estimadas créd.liquid.duvidosa	8.346	2.572
6.01.01.04	Provisão (reversão de provisão) de Estoques	656	2.715
6.01.01.06	Vlr.Residual do At.Não Circulante	353	68
6.01.01.07	Provisões para Riscos Fiscais, Trab.e Cíveis	26.249	948
6.01.01.12	Variação Cambial	-99.893	71.411
6.01.01.13	Juros Não Pagos	10.979	14.744
6.01.03	Outros	-47.432	2.837
6.01.03.01	Clientes	-7.985	-48.026
6.01.03.02	Estoques	16.849	14.921
6.01.03.03	Despesas Antecipadas	-2.882	-7.942
6.01.03.04	Impostos a Recuperar	-489	5.922
6.01.03.05	Outras Contas a Receber	-20.452	3.282
6.01.03.06	Fornecedores	-61.870	44.758
6.01.03.07	Salários e Encargos a Pagar	2.597	6.073
6.01.03.08	Obrigações Fiscais e Tributárias	70.848	20.718
6.01.03.14	Valores de Terceiros	-26.031	-44.723
6.01.03.15	Outras Contas a Pagar	-18.017	7.854
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.155	-33.403
6.02.01	Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	5.944	-134
6.02.02	Adições ao Ativo Imobilizado	-2.707	-33.008
6.02.09	Adições ao Ativo Intangível	-82	-261
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	35.309	17.148
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	294.783	72.711
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-259.474	-55.563
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-42	-43.109
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.939	52.672
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.897	9.563

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	795.142	100.014	0	-1.468.327	326.377	-246.794	0	-246.794
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	100.014	0	-1.468.327	326.377	-246.794	0	-246.794
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.099	0	0	0	2.099	0	2.099
5.04.08	Debêntures Conversíveis em Ações	0	2.099	0	0	0	2.099	0	2.099
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46.177	-98.697	-52.520	0	-52.520
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	45.706	0	45.706	0	45.706
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	471	-98.697	-98.226	0	-98.226
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-98.226	-98.226	0	-98.226
5.05.02.06	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	0	0	0	471	-471	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	1.011	-1.011	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.011	-1.011	0	0	0
5.07	Saldos Finais	795.142	102.113	0	-1.421.139	226.669	-297.215	0	-297.215

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	795.142	95.962	0	-1.094.404	143.032	-60.268	0	-60.268
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	795.142	95.962	0	-1.094.404	143.032	-60.268	0	-60.268
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.983	0	0	0	1.983	0	1.983
5.04.08	Debêntures Conversíveis em Ações	0	1.983	0	0	0	1.983	0	1.983
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-89.063	69.788	-19.275	0	-19.275
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-89.539	0	-89.539	0	-89.539
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	476	69.788	70.264	0	70.264
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	70.264	70.264	0	70.264
5.05.02.06	Adoção CPCs ao Custo Atribuído	0	0	0	476	-476	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	979	-979	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	979	-979	0	0	0
5.07	Saldos Finais	795.142	97.945	0	-1.182.488	211.841	-77.560	0	-77.560

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	781.449	812.790
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	761.498	766.704
7.01.02	Outras Receitas	28.297	48.658
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-8.346	-2.572
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-566.082	-633.889
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-375.044	-448.317
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-190.576	-185.271
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-462	-301
7.03	Valor Adicionado Bruto	215.367	178.901
7.04	Retenções	-17.256	-13.668
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.256	-13.668
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	198.111	165.233
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	142.006	-56.903
7.06.02	Receitas Financeiras	142.006	-56.903
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	340.117	108.330
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	340.117	108.330
7.08.01	Pessoal	85.797	89.704
7.08.01.01	Remuneração Direta	59.167	64.031
7.08.01.02	Benefícios	19.924	19.967
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.706	5.706
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	96.628	41.627
7.08.02.01	Federais	44.500	-5.705
7.08.02.02	Estaduais	50.942	46.269
7.08.02.03	Municipais	1.186	1.063
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	111.986	66.538
7.08.03.01	Juros	51.526	42.954
7.08.03.02	Aluguéis	6.161	7.115
7.08.03.03	Outras	54.299	16.469
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	45.706	-89.539
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	45.706	-89.539

Comentário do Desempenho



Senhores Acionistas,

A Administração da Bombril S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração relativos ao segundo trimestre encerrado em 30 de junho de 2016, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes sobre às Informações Trimestrais.

O cenário macroeconômico do 2T16 não apresentou melhora em relação ao 1T16, entretanto, a despeito de tal situação, a Administração deu continuidade à implementação das ações de reestruturação planejadas para 2016, dando sequência à captura de resultados positivos iniciada no 1T16.

Dentre as principais ações de reestruturação, estão reduções de custos e despesas diversas, com foco principalmente em matéria-prima, produto acabado e logística, revisão do portfólio de produtos com foco em rentabilidade, revisão da política de descontos e acordos comerciais, revisão de procedimentos e processos internos focando em maior eficiência operacional, melhorando e maximizando o capital de giro da Companhia.

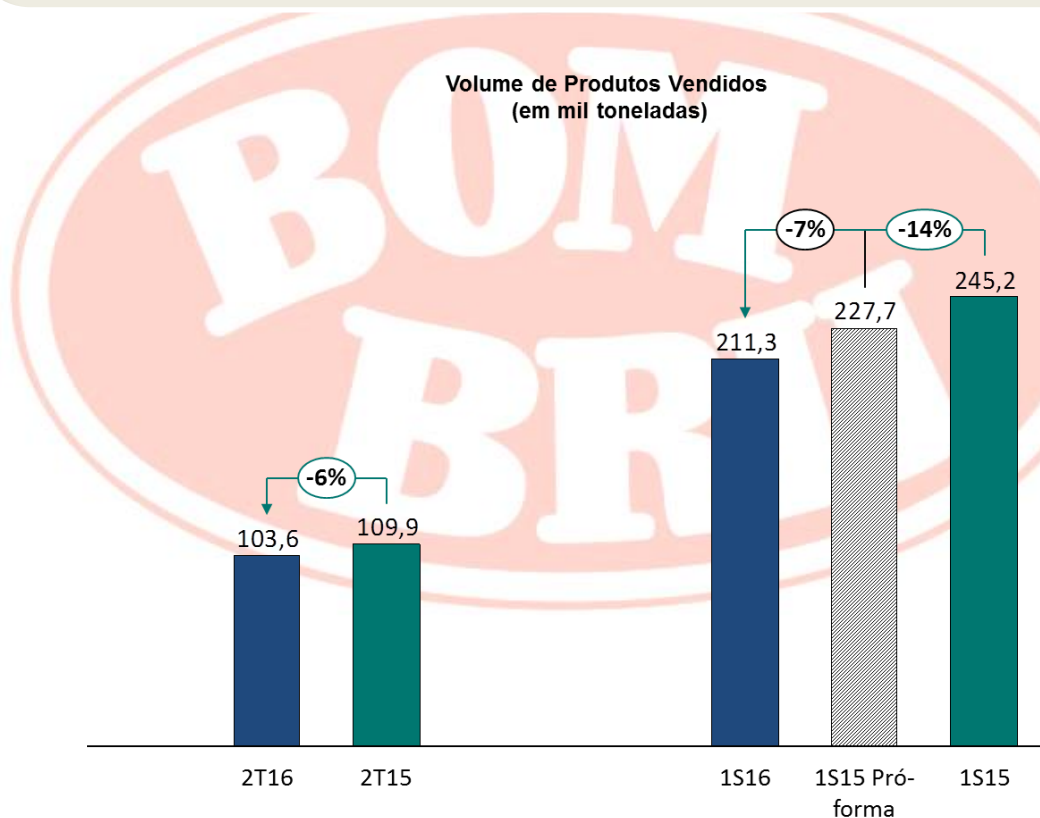
A consultoria especializada em reestruturação, contratada pelos acionistas ao fim de 2015, permanecerá ao longo do exercício de 2016 apoiando os atuais executivos nas implementações de ações e acompanhamento das curvas de capturas com impactos em caixa e resultado.

Comentário do Desempenho

BOMBRIL DIVULGA RESULTADO CONSOLIDADO DO 2º TRIMESTRE DE 2016

A Bombril S/A (Bovespa: BOBR4), com 68 anos de atividade, atuando no segmento de indústria de higiene e limpeza, fabricando produtos de consumo doméstico e industrial, dentre os quais se destacam as seguintes marcas: Bombril, Limpol, Mon Bijou, Pinho Bril, Sapólio Radium, Kalipto, Vantage, Praticce, Lysoform, Ecologie, Joy, Dash, Out Inset entre outros, anuncia o resultado do segundo trimestre de 2016.

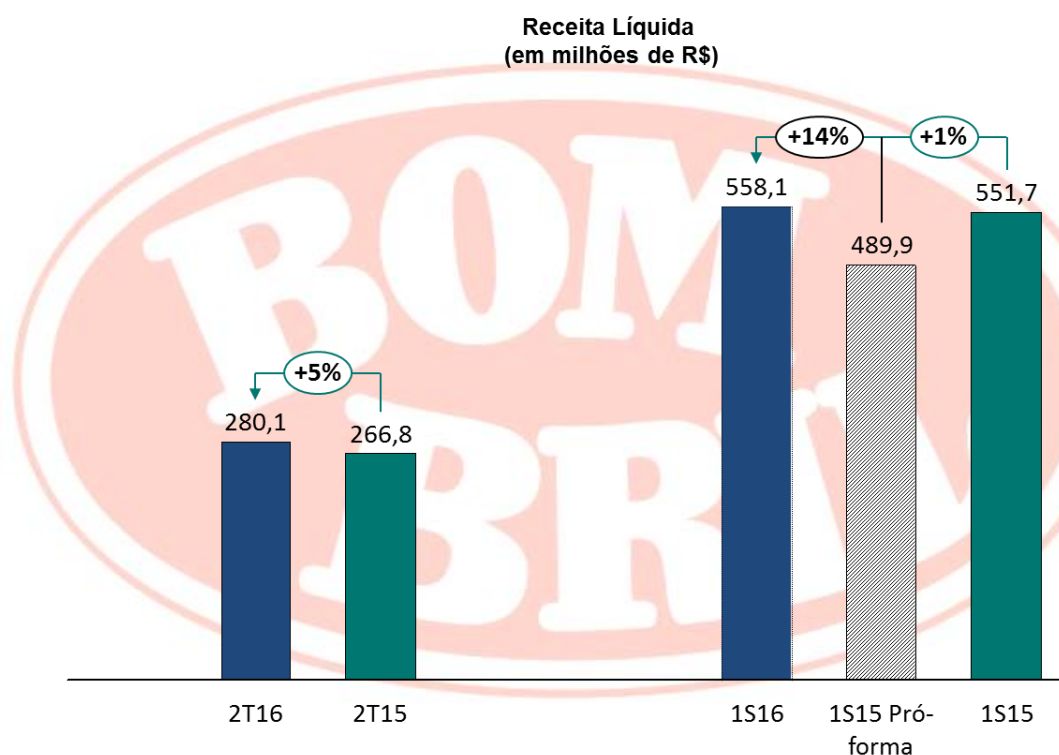
✓ Bombril apresenta Receita Líquida Consolidada de R\$ 280,1 milhões no segundo trimestre de 2016.



No 2T16, o volume de produtos vendidos foi de 103,6 mil toneladas, apresentando uma redução de 6% em comparação ao mesmo período de 2015, o qual foi de 109,9 mil toneladas. A redução deveu-se basicamente à: (i) redução de portfólio com foco em produtos de maior rentabilidade; e (ii) repasse de custos de matéria prima em dólar. Ambos os casos tiveram motivação nas ações de reestruturação da Companhia previstos para o exercício de 2016 e refletiram em aumento de faturamento e margem.

Comentário do Desempenho

No 1S16, o volume de produtos vendidos foi de 211,3 mil toneladas, apresentando uma redução de 14% em comparação ao mesmo período de 2015, o qual foi de 245,2 mil toneladas. Entretanto, considerando os reflexos no período do 1S15, dos efeitos de ajustes de práticas contábeis realizados ao final do exercício de 2015, o volume de produtos vendidos teria sido 227,7 mil toneladas, apresentando uma redução de 7%. A exemplo do exposto na análise do trimestre, a redução de volume no 1S16 deveu-se basicamente à: (i) redução de portfólio com foco em produtos de maior rentabilidade; e (ii) repasse de custos de matéria prima em dólar. Ambos os casos tiveram motivação nas ações de reestruturação da Companhia previstos para o exercício de 2016 e refletiram em aumento de faturamento e margem.

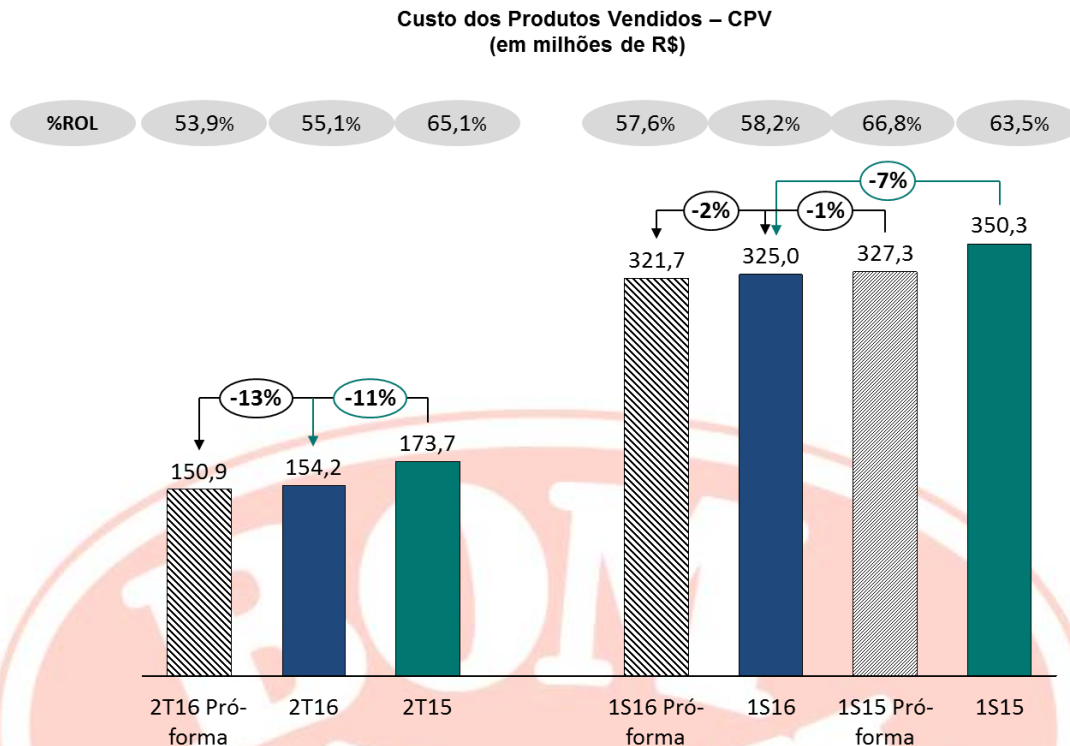


No 2T16, a Receita Líquida de vendas da Companhia totalizou R\$ 280,1 milhões, apresentando um crescimento de 5% em comparação ao mesmo período de 2015. Esse incremento de Receita Líquida deveu-se ao reposicionamento de preços em todas as linhas de produtos, além da estratégia de mix de produtos focada em maior rentabilidade, ambas previstas nas ações de reestruturação da Companhia.

No 1S16, a Receita Líquida de vendas da Companhia totalizou R\$ 558,1 milhões, apresentando um crescimento de 1% em comparação ao mesmo período de 2015. Considerando os reflexos no período do 1S15, dos efeitos de ajustes de práticas

Comentário do Desempenho

contábeis realizados ao final do exercício de 2015, comentado no tópico “volume”, a Receita Líquida do 1S16 teria sido superior em 14% comparada ao 1S15, cujo valor da receita alcançaria R\$ 489,9 milhões.



No 2T16, o Custo dos Produtos Vendidos da Companhia totalizou R\$ 154,2 milhões, representando 55,1% da Receita Líquida, uma redução de 10p.p. em comparação ao mesmo período de 2015, cujo percentual sobre Receita Líquida foi de 65,1%.

Excluindo-se os efeitos não recorrentes relativos aos custos de reestruturação ocorridos no 2T16, no montante de R\$ 3,3 milhões, o CPV seria de R\$ 150,9 milhões, representando 53,9% da Receita Líquida, demonstrando assim uma redução de 11,2p.p em relação ao 2T15.

A melhora do CPV deveu-se basicamente à: (i) captura de oportunidades de redução de custos de produção (insumos, mão de obra, energia elétrica e etc.) dos principais produtos; e (ii) renegociações de preços de matérias primas.

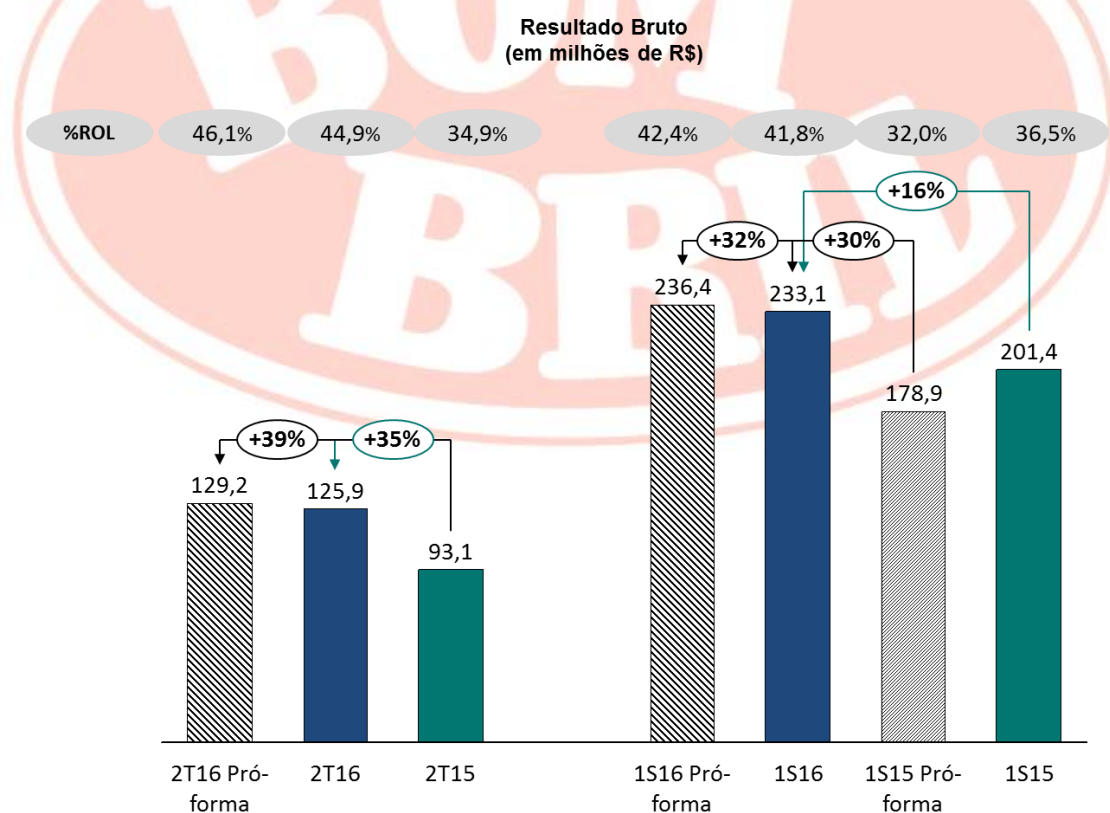
No 1S16, o CPV da Companhia totalizou R\$ 325,0 milhões, representando 58,2% da Receita Líquida, contra 63,5% em comparação ao mesmo período de 2015, cujo CPV totalizou R\$ 350,3 milhões, apresentando uma melhora de 5,3p.p.

Comentário do Desempenho

Excluindo-se os efeitos não recorrentes da reestruturação ocorridos no 1S16, no montante de R\$ 3,3 milhões, o CPV seria de R\$ 321,7 milhões, representando 57,6% da Receita Líquida, assim demonstrando uma redução de 5,9p.p em relação ao 1S15.

Excluindo-se os reflexos no período do 1S15, dos efeitos de ajustes de práticas contábeis realizadas ao final do exercício de 2015, comentado no tópico “volume”, e os efeitos não recorrentes da reestruturação ocorridos no 1S16, o CPV do 1S16, R\$ 321,7 milhões, apresentando uma redução de 2% em comparação ao mesmo período de 2015 que alcançou R\$ 327,3 milhões.

A redução deveu-se principalmente aos mesmos fatores descritos anteriormente na análise comparativa dos trimestres. A menor intensidade de redução em p.p. do semestre em relação ao trimestre, decorre da concentração da curva de captura das ações de reestruturação terem ocorrido mais fortemente no 2T16.



No 2T16, o Resultado Bruto da Companhia totalizou R\$ 125,9 milhões, representando 44,9% da Receita Líquida, apresentando crescimento de 10p.p em comparação ao mesmo período de 2015, cujo percentual sobre Receita Líquida atingiu 34,9%.

Comentário do Desempenho

Excluindo-se os efeitos não recorrentes da reestruturação ocorridos no 2T16, no montante de R\$ 3,3 milhões, o Resultado Bruto seria de R\$ 129,2 milhões, assim representando 46,1% da Receita Líquida, melhor em 11,2p.p em comparação ao mesmo período de 2015, cujo percentual da Receita Líquida foi de 34,9%.

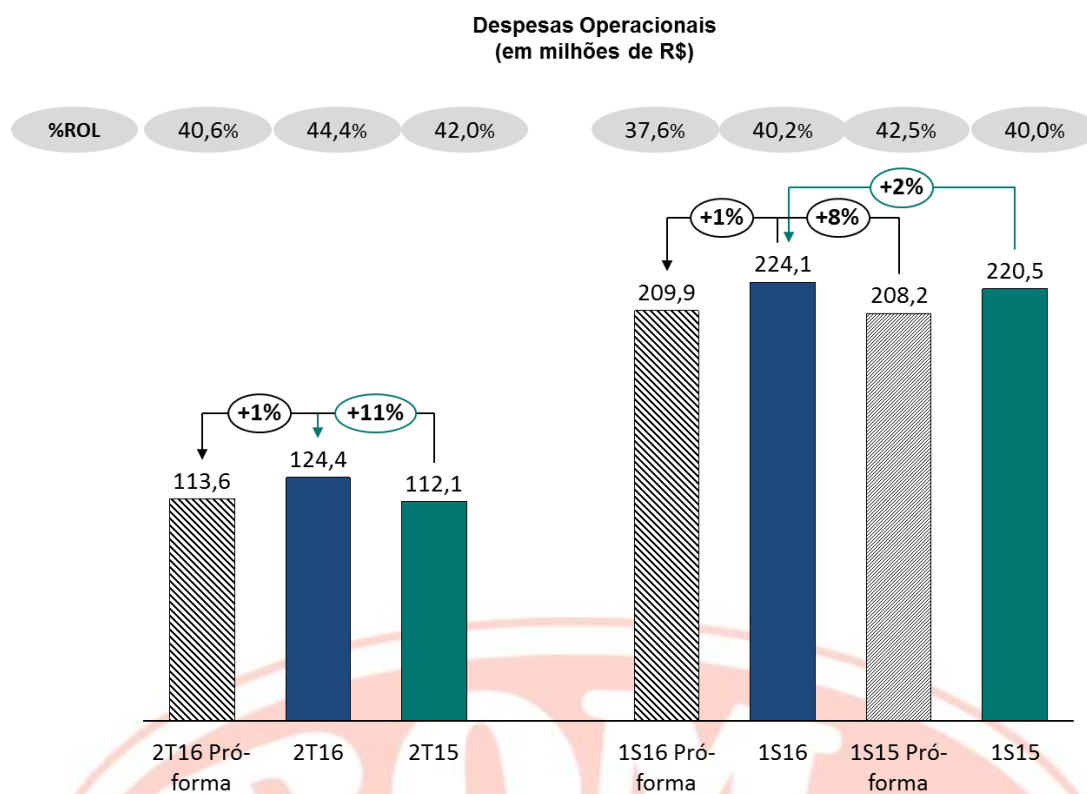
O crescimento do Resultado Bruto deveu-se principalmente ao: (i) reposicionamento de custos ao mercado em todas as linhas de produtos; (ii) impacto no CPV em 13% proveniente da captura de oportunidades de redução de custos na composição dos principais produtos; (iii) renegociações de preços de matérias primas; e (iv) revisão do portfólio, focando em produtos com maior rentabilidade.

No 1S16, o Resultado Bruto da Companhia totalizou R\$ 233,1 milhões, representando 41,8% da Receita Líquida, refletindo um incremento de 16% em comparação ao mesmo período de 2015, R\$ 201,4 milhões, cujo percentual sobre Receita Líquida foi de 36,5%, 5,3p.p. menor que 2016.

Excluindo-se os efeitos não recorrentes da reestruturação ocorridos no 1S16, no montante de R\$ 3,3 milhões, o Resultado Bruto seria de R\$ 236,4 milhões, representando 42,4% da Receita Líquida, e da mesma forma considerando os reflexos no período do 1S15, dos efeitos de ajustes de práticas contábeis realizadas ao final do exercício de 2015, comentado no tópico “volume”, o Resultado Bruto do 1S15 seria de R\$ 178,9 milhões, apresentando um crescimento de 32%.

O crescimento deveu-se principalmente aos mesmos fatores descritos anteriormente na análise comparativa dos trimestres. A menor intensidade de redução em p.p. do semestre em relação ao trimestre, decorre do fato da concentração da curva de captura das ações de reestruturação terem ocorrido mais fortemente no 2T16.

Comentário do Desempenho



No 2T16, as Despesas Operacionais da Companhia totalizaram R\$ 124,4 milhões, 44,4% da Receita Líquida, apresentando um crescimento de 2,4p.p em comparação ao mesmo período de 2015, cujo percentual sobre Receita Líquida foi de 42,0%. O aumento foi proveniente dos impactos de despesas de reestruturação da Companhia, principalmente em decorrência dos custos com adequação do quadro de colaboradores e contratação de assessorias envolvidas no suporte ao processo.

Ao desconsiderarmos os respectivos efeitos de reestruturação no 2T16, no montante de R\$ 10,8 milhões, as Despesas Operacionais recorrentes totalizariam R\$ 113,6 milhões, assim representando 40,6% da Receita Líquida, sendo melhor 1,4p.p em comparação ao 2T15. Em valores absolutos, a despesa do 2T16, em relação a 2T15, é maior em R\$1,5 milhões, demonstrando a capacidade da Companhia em absorver os efeitos inflacionários que alcançaram “8,8 %”¹ no período.

No 1S16, as Despesas Operacionais da Companhia totalizaram R\$ 224,1 milhões, representando 40,2% da Receita Líquida, percentual próximo ao alcançado no mesmo período de 2015.

¹ IPCA IBGE

Comentário do Desempenho

Entretanto, ao desconsiderarmos sobre o 1S16 os efeitos de reestruturação no total de R\$ 14,2 milhões, de forma a comparar as informações sem efeitos não recorrentes, as despesas operacionais totalizariam R\$ 209,9 milhões, representando 37,6% sobre a Receita Líquida do período. Também nesse sentido, considerando os reflexos no período do 1S15, dos efeitos de ajustes de práticas contábeis realizadas ao final do exercício de 2015, comentado no tópico “volume”, as Despesas Operacionais do 1S15 seriam reduzidas, alcançando o montante de R\$ 208,2 milhões ou 42,5% sobre a Receita líquida ajustada do mesmo período. Desta forma a comparação mais adequada do percentual das Despesas Operacionais sobre a Receita Líquida do 1S16 contra 1S15, apresentaria uma melhor performance em 4,9p.p. do 1S15.

EBITDA (em milhões de R\$)

	2T16 Pró-forma	ROL %	2T16	ROL %	2T15	ROL %
Receita Líquida	280,1		280,1		266,8	
(=) Lucro / Prejuízo do Exercício	39,1	14%	25,0	9%	(11,6)	-4%
(-) IR / CS	(0,4)	0%	(0,4)	0%	(12,7)	-5%
(+/-) Resultado Financeiro	(23,1)	-8%	(23,1)	-8%	5,4	2%
(+) Depreciação/Amortização	8,8	3%	8,8	3%	7,2	3%
(=) Ebitda*	24,3	9%	10,2	4%	(11,8)	-4%

* EBITDA - indicador de natureza não contábil

No 2T16 o EBITDA apresentou uma melhora de R\$ 22,0 milhões em relação ao mesmo período de 2015, representando 4% e -4%, respectivamente, sobre a Receita Líquida.

Ao desconsiderarmos os respectivos efeitos de reestruturação no 2T16, no montante de R\$ 14,1 milhões, o EBITDA totalizaria R\$ 24,3 milhões, apresentando um aumento de R\$ 36,1 milhões comparado ao 2T15, representando 9% sobre a Receita Líquida, um ganho de 13p.p.

Conforme comentado anteriormente e refletido no crescimento do EBITDA, os principais fatores foram: (i) reposicionamento de preços em todas as linhas de produtos, além da estratégia de mix de produtos e revisão de portfólio focada maior rentabilidade; (ii) redução no CPV em 13% proveniente da captura de oportunidades de redução de custos na composição dos principais produtos; (iii) renegociações de

Comentário do Desempenho

preços de matérias primas; e (iv) capacidade da Companhia em absorver os efeitos inflacionários sobre as despesas.

EBITDA (em milhões de R\$)

	1S16 Pró-forma	ROL %	1S16	ROL %	1S15 Pró-forma	ROL %	1S15	ROL %
Receita Líquida	558,1		558,1		489,9		551,7	
(=) Lucro / Prejuízo do Exercício	63,2	11%	45,7	8%	(99,8)	-20%	(89,5)	-16%
(-) IR / CS	(0,7)	0%	(0,7)	0%	(46,3)	-9%	(46,3)	-8%
(+/-) Resultado Financeiro	(36,0)	-6%	(36,0)	-6%	116,7	24%	116,7	21%
(+) Depreciação/Amortização	17,3	3%	17,3	3%	13,7	3%	13,7	2%
(=) Ebitda*	43,8	8%	26,3	5%	(15,7)	-3%	(5,4)	-1%

* EBITDA - indicador de natureza não contábil

No 1S16 o EBITDA apresentou um aumento de R\$ 31,7 milhões em relação ao 2S15, representando 5% e -1%, respectivamente, sobre a Receita Líquida, uma melhora em 6p.p. do 1S15.

Ao desconsiderarmos os efeitos de custos de reestruturação no 1S16, no montante de R\$ 17,5 milhões, o EBITDA totalizaria R\$ 43,8 milhões. Também nesse sentido, considerando os reflexos no período do 1S15, dos efeitos de ajustes de práticas contábeis realizadas ao final do exercício de 2015, comentado no tópico “volume”, o EBITDA do 1S15 seria reduzido, alcançando o montante negativo de R\$ 15,7 milhões. Desta forma a comparação mais adequada do percentual do EBITDA sobre a Receita Líquida do 1S16 contra 1S15, apresentaria uma melhor performance em 11,0p.p. do 1S16 em relação ao 1S15.

O crescimento deveu-se principalmente aos mesmos fatores descritos anteriormente na análise comparativa dos trimestres.

Comentário do Desempenho

Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas
(em milhões de R\$)

	2T16	2T15	1S16	1S15
Juros sobre empréstimos	(20,5)	(13,1)	(43,4)	(24,5)
Juros sobre impostos parcelados	(11,2)	(8,3)	(22,7)	(22,8)
Receitas financeiras	1,9	0,4	2,2	1,9
Variação cambial líquida	52,9	15,6	99,9	(71,4)
Total	23,1	(5,4)	36,0	(116,7)

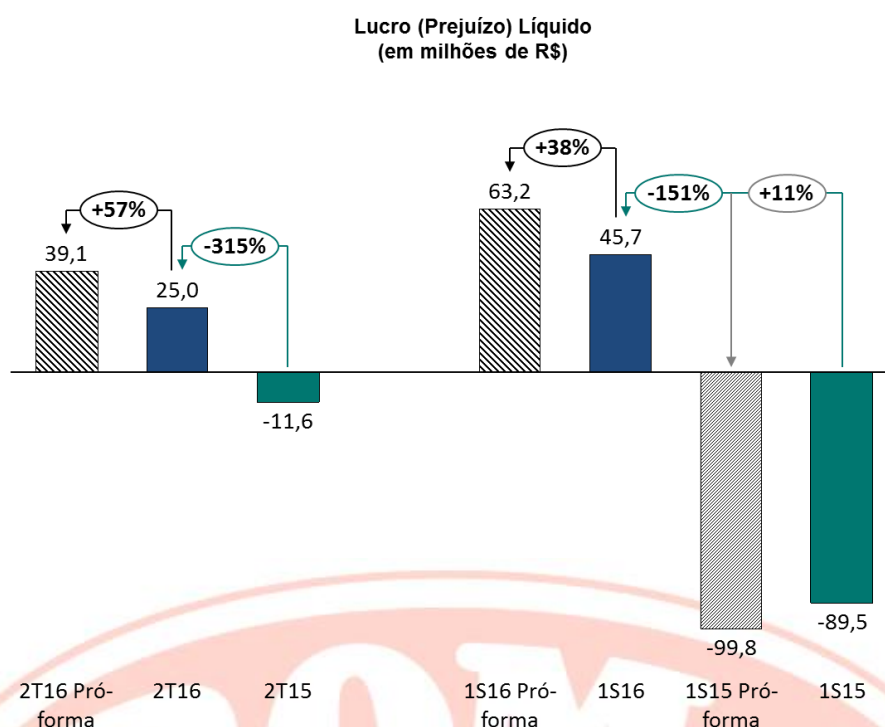
O 2T16 apresentou como principal variação, no Resultado Financeiro Líquido, o montante de R\$ 52,9 milhões, referente à variação cambial, contra R\$ 15,6 milhões do 2T15. Esse resultado é decorrente da valorização do real frente ao dólar no período que atingiu “10%”², enquanto no 2T15 foi de “-4%”². Em ambos os períodos, impactando as operações de atualização de Balanço entre Bombril S.A. e Bombril Overseas.

O 1S16 apresentou como principal variação, no Resultado Financeiro Líquido, uma receita de R\$ 99,9 milhões referente à variação cambial, contra R\$ 71,4 milhões de despesa de variação cambial no 2S15.

Esse resultado é proveniente da valorização do real frente ao dólar no período, de “18%”², enquanto no 1S15 houve uma desvalorização de “17%”². Em ambos os períodos impactando as operações de atualização de Balanço entre Bombril S.A. e Bombril Overseas.

² Base dólar BACEN

Comentário do Desempenho



O Lucro Líquido da Companhia no 2T16 foi de R\$ 25,0 milhões, uma recuperação de R\$ 36,6 milhões quando comparado ao Prejuízo Líquido de R\$ 11,6 milhões do 2T15.

Ao desconsiderarmos os efeitos de reestruturação no 2T16 de R\$ 14,1 milhões, o Lucro Líquido teria sido de R\$ 39,1 milhões, apresentando uma recuperação de R\$ 50,7 milhões quando comparado ao Prejuízo Líquido do 2T15.

No 1S16, o Lucro Líquido da Companhia foi de R\$ 45,7 milhões, apresentando uma recuperação de R\$ 135,2 milhões quando comparado ao Prejuízo Líquido de R\$ 89,5 milhões do 1S15.

Esse crescimento foi fortemente potencializado por: (i) ações de reestruturação implementadas no 1S16, conforme mencionado na Receita Líquida, CPV e Despesas operacionais; e (ii) resultado financeiro, cuja valorização do real frente ao dólar no período do 1S16 foi de “18%”³, enquanto no 1S15 refletiu uma desvalorização de “17%”³. Em ambos os períodos, impactando as operações de atualização de Balanço entre Bombril S.A. e Bombril Overseas.

³ Base dólar BACEN

Comentário do Desempenho

É importante salientar que a variação cambial do dólar, neste caso não impacta o caixa e é neutralizada no Patrimônio Líquido da Companhia, por se tratar de operação *intercompany*.

Ao desconsiderarmos os efeitos das despesas não recorrentes de reestruturação no 1S16, R\$ 17,5 milhões, o Lucro Líquido alcançaria R\$ 63,2 milhões, apresentando uma recuperação de R\$ 163,0 milhões, quando comparado ao Prejuízo Líquido do 1S15, igualmente impactados pelos efeitos dos ajustes de práticas contábeis realizadas ao final do exercício de 2015, comentado no tópico “volume”, os quais levariam o resultado daquele período a um Prejuízo Líquido de R\$ 99,8 milhões.

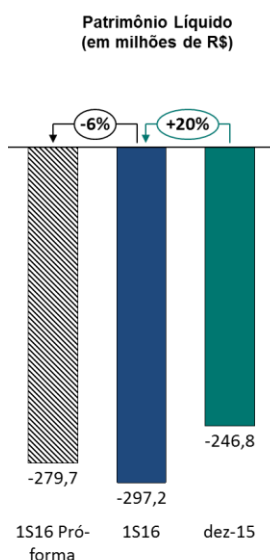
A SEGUIR QUADROS RESUMO DOS RESULTADOS E COMPARATIVOS DO 2T16 VS. 2T15 E DO 1S16 VS. 1S15.

DRE - TRIMESTRE 2T16 e 2T15	2T16	2T16	2T15	2T15	AH- 2T16 Pró-forma vs. 2T15	
BOMBRIL S/A - Consolidado	Pró-forma		Pró-forma		\$mm	%
Receita Líquida	280,1	280,1	n/a	266,8	13,3	5%
(-) CPV	(150,9)	(154,2)	n/a	(173,7)	22,8	-13%
Resultado Bruto	129,2	125,9	n/a	93,1	36,1	39%
Despesas/Receitas Operacionais	(113,6)	(124,4)	n/a	(112,0)	(1,6)	1%
Resultado Financeiro Líquido	23,1	23,1	n/a	(5,4)	28,5	-529%
IRPJ/CSLL	0,4	0,4	n/a	12,7	(12,3)	
Lucro (Prejuízo) Líquido	39,1	25,0	n/a	(11,6)	50,7	-437%
EBITDA*	24,3	10,2	n/a	(11,8)	36,1	-306%

DRE - SEMESTRE 1S16 e 1S15	1S16	1S16	1S15	1S15	AH- 1S16 Pró-forma vs. 1S15	
BOMBRIL S/A - Consolidado	Pró-forma		Pró-forma		\$mm	%
Receita Líquida	558,1	558,1	489,9	551,7	68,2	14%
(-) CPV	(321,7)	(325,0)	(327,3)	(350,3)	5,6	-2%
Resultado Bruto	236,4	233,1	178,9	201,4	57,5	32%
Despesas/Receitas Operacionais	(209,9)	(224,1)	(208,2)	(220,5)	(1,7)	1%
Resultado Financeiro Líquido	36,0	36,0	(116,7)	(116,7)	152,7	-131%
IRPJ/CSLL	0,7	0,7	46,3	46,4	(45,6)	
Lucro (Prejuízo) Líquido	63,2	45,7	(99,8)	(89,5)	163,0	-163%
EBITDA*	43,8	26,3	(15,7)	(5,4)	49,2	-911%

* EBITDA - indicador de natureza não contábil

Comentário do Desempenho



O Patrimônio Líquido da Companhia encerrou o 1S16 com saldo de R\$ 297,2 milhões negativo, aumentando o valor do passivo à descoberto em R\$ 50,4 milhões.

Esse efeito decorre do ajuste de conversão do Balanço da Bombril *Overseas*, no montante de R\$97,7 milhões (R\$ 52,4 no 1T16 e R\$45,2 no 2T16), que é neutralizado no patrimônio líquido, esse mesmo efeito no Lucro Líquido não é neutralizado melhorando nosso Lucro Líquido no 1S16.

Comentário do Desempenho

PERSPECTIVAS

Ante o bom resultado do semestre, refletindo efeito das ações de reestruturação já implementadas, a Administração da Bombril está confiante que apesar das adversidades macroeconômicas, a força das marcas do portfólio da Companhia, da fidelidade e penetração dos seus produtos, somada a uma rígida gestão comercial de volume, preço, custos e caixa permitirá a captura de resultados e melhorias na operação, garantindo a trajetória de crescimento dos resultados. A Companhia continua trabalhando em conjunto com seus assessores financeiros na avaliação de alternativas estratégicas para rever seus processos e para fortalecer a sua estrutura de capital.

Dentre as alternativas avaliadas pela Companhia, inclui-se a prospecção de possíveis oportunidades relacionadas à contratação de um financiamento de longo prazo e à alienação de ativos não estratégicos, sendo certo, porém, que, até o presente momento, sequer foi tomada uma decisão relativa a qualquer dessas alternativas.

AUDITORIA EXTERNA

Os serviços de auditoria externa da Bombril são executados pela BDO RCS Auditores Independentes, tendo sido política da Companhia não contratar serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes, visando assegurar que não haja conflitos de interesse ou perda de independência ou objetividade no desenvolvimento de seus trabalhos.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Bombril agradece especialmente aos Acionistas, aos Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras pela confiança que seguem depositando na Companhia e particularmente aos seus colaboradores pela dedicação e compromisso com os resultados da Companhia.

São Bernardo do Campo, 11 de agosto de 2016.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016.

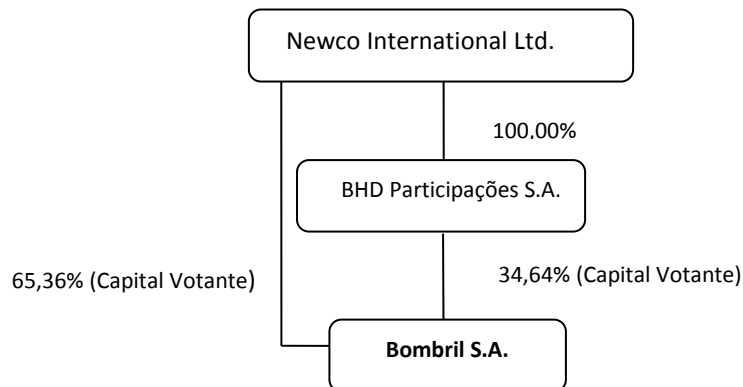
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bombril S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto listada na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código BOBR4, com sede e principal local de negócios na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. A Companhia também possui plantas produtivas nas cidades de Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco e Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais.

A Companhia atua no segmento da indústria de higiene e limpeza, fabricando produtos de consumo doméstico e industrial, dentre os quais se destacam: lã de aço, detergentes líquidos, saponáceos, desinfetantes, limpadores, lava-roupas, amaciantes e outros, os quais chegam à casa do consumidor por meio de marcas consagradas como Bombril, Limpol, Sapólio Radium, Pinho Bril, Pratices, Tanto, MonBijou, Lysoform, Vantage entre outras.

A estrutura atual de controle da Companhia está representada, conforme segue:



2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A emissão das presentes informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 11 de agosto de 2016, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam potencialmente produzir efeitos sobre estas informações contábeis consolidadas.

Notas Explicativas

2.1. Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards "IFRS") emitidos pela International Accounting Standards Board "IASB" e interpretações emitidas pela International Financial Reporting Interpretations Committee "IFRIC", implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC" e suas interpretações "ICPC" e orientações "OCPC", aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários "CVM".

As informações contábeis intermediárias individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as informações contábeis consolidadas.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as informações contábeis consolidadas individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

Tendo em vista não existir diferença entre consolidado e controladora, o patrimônio líquido e o resultado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações contábeis consolidadas preparadas de acordo com IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações contábeis consolidadas individuais e consolidadas em um único conjunto.

2.2. Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis consolidadas da Companhia e de todas as suas controladas diretas e indiretas, apresentadas abaixo e são elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o período estão incluídos nas informações contábeis intermediárias consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme e consistente em todas as empresas consolidadas. Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as empresas consolidadas são eliminadas integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

Essas informações contábeis consolidadas apresentam os saldos das contas e transações da Companhia e das seguintes controladas:

Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.

Controlada integral da Bombril S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP, tem como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios, além da participação societária direta de 100% no capital social da Bombril Mercosul S.A. e de 12,17% da Bombril Overseas Inc.

Notas Explicativas

Bombril Mercosul S.A.

Controlada indireta integral da Bombril S.A., por meio da empresa Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., com sede em São Bernardo do Campo - SP. Atualmente, não desenvolve atividades industriais e, por decorrência, aluga o seu ativo imobilizado para a Companhia. Atualmente, possui 67,15% da Bril Cosméticos S.A.

Bombril Overseas Inc.

Controlada da Bombril S.A. com participação direta em 87,83% no seu capital social e participação indireta de 12,17% no seu capital social por meio da Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A., a Bombril Overseas Inc. está constituída sob as leis das Ilhas Virgens Britânicas e com o objetivo social de explorar qualquer tipo de atividade empresarial permitida pela legislação daquele país.

Os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc. relativos aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2002 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reconstituídos pelos seus administradores, tendo por base cópias de documentos, contratos, planilhas de controle, etc. A Administração tem dedicado seus melhores esforços para as providências necessárias quanto à documentação original e demais assuntos ligados a essa controlada.

Bril Cosméticos S.A.

Constituída em 3 de maio de 2011, esta empresa é controlada da Bombril S.A. com participação direta em 32,85% e participação indireta de 67,15% no seu capital social por meio da Bombril Mercosul S.A. e atualmente possui 0,01% da Bril Store, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, tendo como principal atividade o comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria e higiene pessoal.

Bril Store Comércio Digital Ltda.

Constituída em 27 de janeiro de 2015 esta empresa é controlada da Bombril S.A. com participação direta em 99,99% e participação indireta de 0,01% no seu capital social por meio da Bril Cosméticos S.A. com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, tendo como principal atividade a comercialização no mercado varejista e/ou atacadista em geral, no País e/ou no exterior, de quaisquer bens e produtos no seguimento de limpeza e cosméticos, mediante a utilização de meios eletrônicos, em especial, da rede mundial de computadores.

A participação societária da Bombril S.A. sobre suas controladas diretas e indiretas encontra-se da seguinte forma:

Controladas	Participação (%)			
	30.06.16		31.12.15	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	100%	-	100%	-
Bombril Mercosul S.A.	-	100%	-	100%
Bombril Overseas Inc.	87,83%	12,17%	87,83%	12,17%
Bril Cosméticos S.A.	32,85%	67,15%	32,85%	67,15%
Bril Store Comércio Digital Ltda.	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%

Notas Explicativas

2.3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações contábeis consolidadas estão descritas a seguir:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores aos 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato com baixo risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

b. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

c. Contas a receber de clientes

São apresentadas ao valor presente, se relevante, e de realização. No período apresentado, o ajuste a valor presente calculado das contas a receber de clientes de curto prazo foi considerado não relevante. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. É constituída com base em análise de risco de inadimplência de cada conta a receber e em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às prováveis perdas na realização dos créditos.

d. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de absorção utilizando a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos/indiretos e despesas gerais de produção. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

e. Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as informações das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

f. Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação, amortização e perda por redução ao valor recuperável. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e custos de manutenção e reparo são lançados a

Notas Explicativas

resultado quando incorridos. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, será mantido até sua completa depreciação, que segue a vida útil do bem reavaliado. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado com as taxas de depreciação e amortização demonstradas na nota explicativa nº. 14. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

g. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou provisão para perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis de vida útil indeterminada têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor.

Ativos que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou método que reflita o benefício econômico do ativo intangível.

h. Provisão para perdas do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando o valor contábil líquido dos referidos ativos ultrapassa o recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

i. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo menor valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo; acrescidos quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pelo método linear considerando sua vida útil estimada. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que estes pagamentos não sejam feitos nessa base.

j. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k. Imposto de renda e contribuição social diferido

(i) Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens

Notas Explicativas

não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(ii) Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos registrados nas informações contábeis intermediárias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia venha a apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

I. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

m. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

m.1 Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, outras contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Notas Explicativas

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia classifica nesta categoria caixa e equivalentes de caixa.

Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria as contas a receber e outras contas a receber.

Ativos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia classifica nesta categoria títulos e valores mobiliários.

Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida.

A Companhia não classificou nenhum ativo financeiro nesta categoria nas datas dos balanços patrimoniais.

Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro é baixado quando (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; (iii) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iv) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Mensuração dos ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e a Companhia os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

m.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantias (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não classificou nenhum passivo financeiro nesta categoria nas informações contábeis consolidadas individuais e consolidadas.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. A Companhia classificou nesta categoria as contas de empréstimos e financiamentos.

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

n. 3 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuídos à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Notas Explicativas

O. Participação nos lucros e resultados

A Companhia mantém um plano para participação nos lucros e resultados que proporciona aos seus empregados o direito de participar nos lucros da Companhia. Os montantes registrados para participação nos resultados estão baseados na política de remuneração variável, caso sejam atendidas as metas de performance estabelecida.

P. Resultado por ação

De acordo com o IAS 33/CPC 41 - Resultado por ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

Q. Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável. Os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

R. Moeda funcional

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia.

A Bombril Overseas, localizada no exterior, possui corpo gerencial próprio, bem como independência administrativa e financeira, tendo como moeda funcional, o dólar (US\$). Portanto, seus ativos e passivos e resultados são convertidos pelo seguinte método: (i) Ativos e passivos convertidos pela taxa de fechamento; (ii) Patrimônio Líquido convertido pela taxa em vigor nas datas das transações; (iii) Receitas e despesas convertidos pela taxa média, desde que não tenham ocorrido flutuações significativas do câmbio. Os efeitos das variações cambiais resultantes dessas conversões são classificados como outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio Líquido.

S. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como parte de suas informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e tampouco obrigatória à luz das IFRS.

Notas Explicativas

3. JULGAMENTO, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativa a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas caso se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

(i) Imposto de renda e contribuição social

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e créditos fiscais consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da Administração.

(ii) Teste de redução do valor recuperação de ativos

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa.

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 23. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

(iv) Vida útil dos bens

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício do relatório. Para maiores detalhes sobre a vida útil dos bens estimados vide nota 14.

Notas Explicativas**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Caixa e bancos	12.008	16.828	14.886	17.939
Aplicações financeiras (a)	2.011	-	3.011	-
Total	14.019	16.828	17.897	17.939

(a) Substancialmente representado por aplicações de renda fixa e títulos privados com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) remuneradas entre 97,25% e 105%.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Clientes	190.354	180.001	202.922	194.970
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(18.873)	(10.934)	(21.078)	(12.765)
Total	171.481	169.067	181.844	182.205

A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, e considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Nos casos de inadimplência, o grupo adota o procedimento de cobrança direta ao cliente, terceirização da cobrança e em alguns casos cobrança judicial.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

Período	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
A vencer	111.459	74.594	114.025	79.377
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	14.784	33.307	15.512	34.600
De 31 a 60 dias	5.151	4.230	5.428	4.743
De 61 a 90 dias	4.460	8.116	4.608	8.400
De 91 a 180 dias	8.675	14.270	9.077	14.923
Acima de 181 dias	45.825	45.484	54.272	52.927
	190.354	180.001	202.922	194.970

Notas Explicativas

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no período encerrado em 30 de junho de 2016 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>(7.133)</u>	<u>(7.525)</u>
Adições	<u>(3.801)</u>	<u>(5.240)</u>
Baixas	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(10.934)</u>	<u>(12.765)</u>
Adições	<u>(7.939)</u>	<u>(8.346)</u>
Baixas	<u>-</u>	<u>33</u>
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>(18.873)</u>	<u>(21.078)</u>

6. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Adiantamento a empregados	2.132	1.594	2.159	1.616
Adiantamento a fornecedores (a)	23.334	4.153	23.459	4.286
Depósito judicial	1.769	1.769	1.769	1.769
Despesas antecipadas (b)	3.340	458	3.340	458
Outros	2.611	1.875	2.734	1.999
Total	<u>33.186</u>	<u>9.849</u>	<u>33.461</u>	<u>10.128</u>
Circulante	31.417	8.080	31.688	8.354
Não Circulante	1.769	1.769	1.773	1.774

(a) O principal valor refere-se a adiantamento a fornecedor por meio as operações de fomento (vide nota 18), onde a Companhia antecipa sua carteira de recebíveis como forma de pagamento as operações com a fomentadora, BS Fomentos, através de duplicatas.

(b) Outras despesas administrativas, consultorias e benefícios aos empregados.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Produtos acabados	30.801	41.863	31.441	42.518
Produtos em elaboração	722	569	722	569
Matérias-primas	10.447	12.205	10.447	12.205
Materiais de embalagem	16.717	17.874	16.717	17.874
Provisão para perda de estoque (a)	(3.757)	-	(3.809)	-
Importações em andamento	1.161	1.012	1.161	1.012
Outros	1.692	1.391	3.574	3.580
Total	<u>57.783</u>	<u>74.914</u>	<u>60.253</u>	<u>77.758</u>

Notas Explicativas

- (a) A provisão para perdas do estoque é calculada de acordo com a política da Companhia que consiste na análise do giro lento, estimativa de perda no inventário e data de vencimento dos produtos.

A movimentação da provisão para perda de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	-	-
Adições	(3.757)	(3.809)
Saldo em 30 de Junho de 2016	(3.757)	(3.809)

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
IRPJ e CSLL a recuperar	3.502	3.361	3.564	3.680
ICMS a recuperar	7.469	7.226	7.598	7.313
Pis e Cofins a recuperar	802	651	1.037	898
IPI a recuperar	290	109	290	109
Total	12.063	11.347	12.489	12.000
Circulante	10.454	9.417	10.880	10.070
Não circulante	1.609	1.930	1.609	1.930

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	Investimentos mantidos até o vencimento			
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Operações compromissadas (a)	1.796	7.740	1.796	7.740
Não Circulante	1.796	7.740	1.796	7.740

- (a) As operações compromissadas estão atreladas às operações passivas da Companhia sendo remuneradas a taxas que variam entre 97,25% e 105% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), e serão mantidas até o vencimento das respectivas obrigações passivas.

Notas Explicativas

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controladora

10.1. Ativo

<u>Sociedades</u>	<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>
<u>Contas a receber:</u>		
Em moeda local:		
Controladas		
Bril Cosméticos S.A. (a)	21.975	20.435
Bril Store	21	22
Não Circulante	<u>21.996</u>	<u>20.457</u>

- (a) Transações comerciais de produtos de higiene e limpeza entre a Bombril S.A. e a Bril Cosméticos. As referidas operações são realizadas a preços e condições regulares de mercado.

10.2. Passivo

<u>Sociedades</u>	<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>
Controladas		
Em moeda estrangeira:		
Bombril Overseas Inc.(b)	501.449	501.449
Em moeda local:		
Bombril Mercosul S.A. (c)	18.847	18.365
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A. (d)	1.013	1.030
Total	<u>521.309</u>	<u>520.844</u>
Circulante	-	-
Não circulante	<u>521.309</u>	<u>520.844</u>

- (b) Em 1999, a Companhia emitiu duas tranches de notes, tendo como garantidora a empresa italiana Cirio Holding S.P.A. Em 18 de fevereiro de 1999, foi emitida a primeira tranche (Série 1) no valor de € 40 milhões, com taxa de juros de 8% ao ano e vencimento em 18 de fevereiro de 2007. A segunda tranche (Série 2) foi emitida em 27 de maio de 1999, no valor de € 60 milhões, com taxa de 9,25% ao ano e vencimento em 27 de maio de 2007. Do total das duas emissões de notas, aproximadamente 94% da Série 1 e 91% da Série 2 no montante de €92.160 mil, pertenciam a controlada Bombril Overseas Inc., cujo processo de transferência da custódia encontra-se em andamento.

Em 3 de março de 2005, por meio de decisão judicial, proferida em Luxemburgo, foi determinado ao tutelante (BNP Paribás) o arresto dos títulos em favor da Bombril Overseas Inc. Porém, em virtude de decisão judicial proferida em ação penal envolvendo estes títulos, em curso perante o Tribunal de Roma, ainda não foi possível a transferência da custódia deles para a controlada

Notas Explicativas

Bombril Overseas Inc. Embora a transferência da posse definitiva dependa da solução desses processos judiciais promovidos no exterior, as sociedades da Companhia Cirio, Cirio Finanziaria S.p.A., Cirio Holding S.p.A., Cirio Finance Luxembourg S.A., inclusive a Cirio Holding Luxembourg S.A., reconheceram a titularidade da Bombril Overseas Inc. e se comprometeram a tomar todas as providências necessárias para que seja efetuada a transmissão dos títulos, no âmbito de acordo firmado pela Companhia Cirio e a controladora Newco International Ltd. (controladora da Bombril S.A.). A Administração da Companhia estuda alternativas com o objetivo de equacionar a obrigação com sua controlada quando ocorrer a transferência definitiva dos títulos. A opinião dos assessores legais da Companhia, quanto ao sucesso da transferência da custódia dos títulos à Bombril Overseas Inc. é considerada provável. Os eventos de arresto não estão sob o controle da Administração da controlada. Os administradores judiciais do Grupo Cirio emitiram correspondência em 28 de outubro de 2010 reconhecendo não ter razões para incluir a controlada Bombril Overseas Inc. no âmbito da investigação de falência, e declararam ser esta a efetiva titular dos Eurobonds.

b.1 Em março de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 1 a seguinte proposta de renegociação:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 12 parcelas semestrais, a partir de agosto de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2005.
- A incidência de juros cessa em fevereiro de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.
- Eliminação da cláusula de resgate antecipado (putoption).

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 1 [(€ 40 milhões)], em 30 de março de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes à Bombril Overseas Inc., totalizam [€ 37.5 milhões], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [€ 2.5 milhões].

b.2 No mês de abril de 2004, a Companhia apresentou aos investidores das Notas Série 2 uma proposta de renegociação, conforme descrito a seguir:

- Alongamento do pagamento do valor principal, com o início do respectivo pagamento em 2007 e final em 2011, em oito parcelas semestrais.
- Pagamento de juros em 13 parcelas semestrais, a partir de maio de 2005, com um adicional de 1% dos juros descritos no contrato, exclusivamente para o período compreendido entre maio de 2004 e maio de 2005.
- A incidência de juros cessa em maio de 2007, não obstante o alongamento do prazo de quitação do valor principal.

A proposta de renegociação obteve a aprovação dos investidores das Notas Série 2 [(€ 60 milhões)], em 27 de abril de 2004. Nessa série, os títulos pertencentes a controlada Bombril Overseas Inc., totalizam [€ 54.7 milhões], sendo o restante em poder do mercado, no montante aproximado de [€ 5.3 milhões].

b.3 As Notas Série 1 venceram-se em 17 de fevereiro de 2011 e as Notas Série 2 venceram-se em 27 de maio de 2011. A Companhia realizou o pagamento do saldo dos valores devidos em relação às Notas em poder no mercado, no valor de € 366.850,00 (trezentos e sessenta e seis mil

Notas Explicativas

oitocentos e cinquenta euros) para as Notas Série 1 e € 814.880,77 (oitocentos e quatorze mil oitocentos e oitenta euros e setenta e sete centavos) para as Notas Série 2.

A dívida representada pelas Notas de propriedade da controlada Bombril Overseas Inc., no valor de € 138.521.853,50 (cento e trinta e oito milhões quinhentos e vinte e um mil oitocentos e cinquenta e três euros e cinquenta centavos) foi repactuada com novo vencimento em 27 de maio de 2021, nos termos do Instrumento Particular de Confissão de Dívida datado de 30 de agosto de 2011, cujos efeitos retroagem à data de vencimento das Notas.

(c) Contrato celebrado entre Bombril S.A. e Bombril Mercosul S.A. tem como base o arrendamento de bens.

(d) Controlada integral da Bombril S.A., tem como principal atividade a compra, venda, locação, incorporação e construção de imóveis próprios. A variação em dezembro/15 é referente a transferência de recursos.

10.3 Receitas e despesas com controladas para os períodos encerrados em 30 de junho de 2016 e 2015.

	Operações comerciais		Variações cambiais líquidas	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Bombril Mercosul S.A. (e)	(1.798)	(1.643)	-	-
Bril Cosméticos S.A. (f)	2.295	4.128	-	-
Bril Store Ltda (g)	189	-	-	-
Bombril Overseas Inc. (h)	-	-	-	(32.317)
Total	686	2.485	-	(32.317)

(e) As transações com a controlada, Bombril Mercosul, referem-se a receitas com alugueis de terrenos, prédios e maquinários utilizados nas operações da Bombril S.A.

(f) São as transações comerciais de produtos de higiene e limpeza entre a Bombril S.A. e a Bril Cosméticos.

(g) São as transações comerciais de produtos de higiene e limpeza entre Bombril S.A e Bril Store.

(h) As transações de variações cambiais junto à controlada Bombril Overseas Inc. referem-se a ajustes de conversão sobre os saldos do Guaranteed Note Program.

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O valor global e anual da remuneração dos administradores e dos Conselhos de Administração e Fiscal está fixado até o limite de R\$ 9.452 para o exercício de 2016, conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2016. O montante pago até 30 de junho de 2016 foi de R\$ 4.006 (R\$ 3.850 em 30 de junho de 2015), que correspondem a benefícios de curto prazo. A Companhia não remunera seus administradores com planos baseados em ações, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

Notas Explicativas

12. VALORES A RECEBER E A PAGAR DE TERCEIROS

Controladora

12.1. Ativo

<u>Sociedades</u>	<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>Juros e atualização</u>	<u>Garantia</u>
<u>Valores a receber:</u>				
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	49.414	49.414	100% do CDI	Cirio Holding S.p.A
Cirio Brasil S.A. (a)	12.822	12.822	100% do CDI	BHD Participação S.A.
Cirio Brasil S.A. (a)	289	280	1% a.m.	
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.764	1.681	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	64.289	64.197		
Provisão para perdas	(64.289)	(64.197)		
Total	-	-		

12.2. Passivo

<u>Sociedades</u>	<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>atualização</u>	<u>Garantia</u>
Em moeda estrangeira:				
Euro				
Società Sportiva Lazio (b)	-	27.491	-	-
Em moeda local:				
Agropecuária Cirio Ltda	367	344	100% do CDI	-
Total	367	27.835		

Notas Explicativas

Consolidado

12.3. Ativo

Sociedades	30.06.16	31.12.15	Juros e atualização	Garantia
<u>Valores a receber:</u>				
Em moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano:				
C&P Cap.Invest.N.V.(a)	476.235	579.352	10% a.a.	-
C & P Overseas Ltd (a)	1.010.744	1.229.595	10,25% a.a.	-
Em moeda local:				
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.(a)	49.414	49.413	100% do CDI	-
				Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.
C & P Overseas Ltd. (a)	183.142	183.142	100% do CDI	
Cirio Brasil S.A.(a)	12.822	12.822	100% do CDI	
				BHD Participação S.A.
Cirio Brasil S.A. (a)	289	280	1% a.m.	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.764	1.682	1% a.m + IGPM	-
Sub-total	1.734.410	2.056.286		
Provisão para perdas	(1.734.410)	(2.056.286)		
Total	-	-		

12.4. Passivo

Sociedades	30.06.16	31.12.15	Juros e atualização	Garantia
Em moeda estrangeira:				
Euro:				
Società Sportiva Lázio (b)	-	27.491	-	-
Em moeda local:				
Agropecuária Cirio Ltda.	367	344	100% do CDI	-
Total	367	27.835		

- (a) Compreende valores a receber e pagar junto a empresas relacionadas do antigo acionista controlador. Os ativos foram totalmente provisionados para perda e os passivos estão sendo mantidos devidamente atualizados de acordo com as premissas pactuadas a época de origem da dívida, e permanecerão desta forma até a conclusão do processo de liquidação judicial em que estas empresas estão envolvidas.
- (b) A Companhia reverteu o valor a pagar com a Società Sportiva Lázio ("Lázio"), em sua totalidade no montante de R\$ 27.491 mil. Os Administradores da Bombril em conjunto com seus assessores jurídicos entendem não haver mais nenhum risco de exigibilidade, essa avaliação e conclusão é consubstanciada pela legislação cível italiana e suas respectivas regras para o período de prescrição.

Notas Explicativas

A referida provisão para perdas está composta da seguinte forma:

Empresas	30.06.16		31.12.15	
	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc	Bombril S.A.	Bombril Overseas Inc
C&P Overseas Ltd.	-	1.193.886	-	1.412.737
Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.	49.414	-	49.414	-
C&P Capital Invest. NV	-	476.235	-	579.352
Cirio Brasil S.A.	13.111	-	13.102	-
Arbeit Bebidas e Alimentos Ltda.	1.764	-	1.681	-
Total	64.289	1.670.121	64.197	1.992.089

12.5 Outras considerações

Quando da posse do atual acionista controlador, a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e passivo referentes a operações com as empresas relacionadas ao antigo acionista controlador. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades Italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas e manutenção dos passivos nos termos acima mencionados.

13. INVESTIMENTOS

13.1 Composição

	30.06.16	31.12.15
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	209.506	211.409
Bombril Overseas Inc	443.049	442.863
Bril Cosméticos S.A.	1.113	1.345
Bril Store Comércio Digital Ltda (a)	37	37
Ágio por rentabilidade futura-Milana Industrial e Comercial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	7.935	7.935
Total	661.640	663.589

(a) Empresa encerrou as atividades operacionais em 31/03/2016.

Notas Explicativas

13.2 Movimentação

	Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	Bombrii Overseas Inc.	Bril Cosméticos S.A.	Bril Store Comércio Digital Ltda	Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda.	TOTAL
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	212.880	395.406	3.555	-	7.935	619.776
Equivalência patrimonial	(24.141)	(116.233)	(2.220)	37	-	(142.557)
Efeitos da variação cambial sobre o investimento no exterior	22.680	163.690	-	-	-	186.370
Transação de capital	(10)	-	10	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	211.409	442.863	1.345	37	7.935	663.589
Equivalência patrimonial	10.051	86.458	(232)	-	-	96.277
Efeitos da variação cambial sobre o investimento no exterior	(11.954)	(86.272)	-	-	-	(98.226)
Saldo em 30 de Junho de 2016	209.506	443.049	1.113	37	7.935	661.640

13.3 Principais informações contábeis de suas controladas diretas e indiretas:

	30.06.16							31.12.15			
	Ativo	Passivo	Capital social	Receita Líquida	Participação direta no capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Resultado do período	Equivalência patrimonial
Brilmaq Empreendimentos Imobiliários S.A.	214.299	4.793	160.330	-	100%	209.506	10.051	10.051	211.409	(24.141)	(24.141)
Bombriil Mercosul S.A.	206.283	54.624	101.375	1.632	-	151.659	(1.880)	-	153.539	(8.162)	-
Bril Cosméticos S.A.	35.309	31.921	33.000	7.607	32,85%	3.388	(704)	(232)	4.092	(6.759)	(2.220)
Bril Store Ltda	103	66	1	-	99,90%	37	-	-	37	37	37
Bombriil Overseas Inc.	505.801	1.365	1.153.054	-	87,83%	504.435	98.437	86.458	504.224	(132.337)	(116.233)
	961.795	92.769	1.447.760	9.239		869.025	105.904	96.277	873.301	(171.362)	(142.557)

Notas Explicativas

14. IMOBILIZADO

14.1 Composição do imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Taxa média anual (%)	30.06.16 Valor líquido	31.12.15 Valor líquido	Taxa média anual (%)	30.06.16 Valor líquido	31.12.15 Valor líquido
Terrenos	-	-	-	-	94.192	94.192
Edifícios	2	206	209	2 a 14	62.250	63.219
Instalações	3 a 50	10.863	11.811	3 a 50	10.896	11.848
Máquinas e equipamentos	3 a 50	84.992	89.756	3 a 50	106.915	114.246
Móveis e utensílios	10 a 50	1.458	1.564	10 a 50	1.469	1.573
Veículos	17 a 25	258	358	17 a 25	262	363
Equipamentos de processamento de dados	20 a 50	2.118	1.936	20 a 50	2.161	1.991
Imobilizações em andamento (a)	-	6.484	13.976	-	6.484	13.979
Benfeitorias em imóveis da Controlada	4 a 8	37.365	35.794	4 a 8	37.365	35.794
Outros bens	20	226	193	20	231	199
Total		<u>143.970</u>	<u>155.597</u>		<u>322.225</u>	<u>337.404</u>

- (a) Em 30 de junho de 2016, o saldo de obras e instalações em andamento refere-se principalmente aos seguintes projetos: (i) atualização tecnológica nas unidades industriais do segmento de embalagem; e (ii) investimentos correntes nas operações contínuas da Companhia.

Nos anos de 2005 e 2006, a controlada Bombril Mercosul S.A. reavaliou bens do ativo imobilizado resultando em uma mais valia a época de R\$ 89.503 tendo como contra partida a conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio líquido. O saldo remanescente das reavaliações em 30 de junho de 2016 é de R\$ 47.591 (R\$ 49.123 em 31 de dezembro de 2015), cuja realização tem ocorrido mediante sua depreciação, a qual é calculada pelo método linear consoante laudo técnico emitido por peritos independentes.

Notas Explicativas

14.2 Movimentação Controladora

Custo	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de proc.de dados	Imob.em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.14	313	20.215	131.866	3.689	1.381	4.983	28.305	32.575	310	223.637
Adições	-	2.033	19.353	47	-	141	6.256	10.230	36	38.096
Baixas	-	(11)	(756)	(40)	(40)	(56)	(1)	-	-	(904)
Transferências	-	730	12.712	73	30	597	(20.584)	1.849	-	(4.593)
Saldo em 31.12.15	313	22.967	163.175	3.769	1.371	5.665	13.976	44.654	346	256.236
Adições	-	16	1.486	1	-	71	705	403	25	2.707
Baixas	-	-	(330)	(6)	(393)	(14)	-	-	(8)	(751)
Transferências	-	60	3.597	38	-	463	(8.197)	2.224	51	(1.764)
Saldo em 30.06.16	313	23.043	167.928	3.802	978	6.185	6.484	47.281	414	256.428

Depreciação e amortização acumulada	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de proc.de dados	Imob.em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.14	(97)	(9.299)	(58.503)	(1.919)	(855)	(3.241)	-	(7.160)	(90)	(81.164)
Adições	(7)	(1.864)	(15.344)	(314)	(194)	(542)	-	(1.700)	(63)	(20.028)
Baixas	-	7	428	28	36	54	-	-	-	553
Saldo em 31.12.15	(104)	(11.156)	(73.419)	(2.205)	(1.013)	(3.729)	-	(8.860)	(153)	(100.639)
Adições	(3)	(1.024)	(9.541)	(144)	(67)	(344)	-	(1.056)	(38)	(12.217)
Baixas	-	-	24	5	360	6	-	-	3	398
Saldo em 30.06.16	(107)	(12.180)	(82.936)	(2.344)	(720)	(4.067)	-	(9.916)	(188)	(112.458)

Saldo líquido em 31.12.14	216	10.916	73.363	1.770	526	1.742	28.305	25.415	220	142.473
Saldo líquido em 31.12.15	209	11.811	89.756	1.564	358	1.936	13.976	35.794	193	155.597
Saldo líquido em 30.06.16	206	10.863	84.992	1.458	258	2.118	6.484	37.365	226	143.970

Notas Explicativas

14.3 Movimentação do Consolidado

Custo	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de processamento de dados	Imobilizações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.14	94.192	87.624	26.527	244.881	8.218	1.513	7.788	28.668	32.575	320	532.306
Adições	-	-	2.033	21.218	47	-	141	5.895	10.229	37	39.600
Baixas	-	-	(11)	(1.417)	(51)	(39)	(76)	-	-	-	(1.594)
Transferências	-	-	730	12.712	72	30	597	(20.584)	1.850	-	(4.593)
Saldo em 31.12.15	94.192	87.624	29.279	277.394	8.286	1.504	8.450	13.979	44.654	357	565.719
Adições	-	-	16	1.486	3	-	71	703	403	25	2.707
Baixas	-	-	-	(330)	(6)	(393)	(14)	-	-	(8)	(751)
Transferências	-	-	60	3.597	37	-	463	(8.198)	2.224	51	(1.766)
Saldo em 30.06.16	94.192	87.624	29.355	282.147	8.320	1.111	8.970	6.484	47.281	425	565.909

Depreciação e amortização acumulada	Terrenos	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equip.de processamento de dados	Imobilizações em andamento	Benfeitorias em imóveis	Outros bens	Total
Saldo em 31.12.14	-	(22.467)	(15.513)	(143.622)	(6.379)	(982)	(5.965)	-	(7.160)	(92)	(202.180)
Adições	-	(1.938)	(1.925)	(20.560)	(374)	(194)	(566)	-	(1.700)	(66)	(27.323)
Baixas	-	-	7	1.034	40	35	72	-	-	-	1.188
Saldo em 31.12.15	-	(24.405)	(17.431)	(163.148)	(6.713)	(1.141)	(6.459)	-	(8.860)	(158)	(228.315)
Adições	-	(969)	(1.028)	(12.108)	(144)	(67)	(356)	-	(1.056)	(39)	(15.767)
Baixas	-	-	-	24	6	359	6	-	-	3	398
Saldo em 30.06.16	-	(25.374)	(18.459)	(175.232)	(6.851)	(849)	(6.809)	-	(9.916)	(194)	(243.684)

Saldo líquido em 31.12.14	94.192	65.157	11.014	101.259	1.839	531	1.823	28.668	25.415	228	330.126
Saldo líquido em 31.12.15	94.192	63.219	11.848	114.246	1.573	363	1.991	13.979	35.794	199	337.404
Saldo líquido em 30.06.16	94.192	62.250	10.896	106.915	1.469	262	2.161	6.484	37.365	231	322.225

15. INTANGÍVEL

15.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e Patentes (a)	-	-	18.425	18.430
Software (b)	9.244	8.867	9.266	8.901
Ágio-Milana Industrial e Comercial Brasileira de Saneantes Ltda. (c)	-	-	7.935	7.935
Total	9.244	8.867	35.626	35.266

(a) Refere-se ao custo pago pela aquisição das marcas (Ecologie, Natural Pro e Aquatress, entre outras) relacionadas aos produtos comercializados pela controlada Bril Cosméticos S.A. Em 26 de julho de 2012, a Companhia assinou um contrato para a aquisição de 25% restante da participação societária pertencentes a: Neusa Gambatto Armstrong e John Philip Armstrong, repactuando o preço de aquisição.

(b) A amortização dos softwares está sendo realizada no período de cinco anos.

Notas Explicativas

- (c) Os ágios decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do Patrimônio líquido das controladas incorporadas, Milana Industrial e Milana Trade apurado na data de aquisição estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados das respectivas investidas, determinados utilizando-se o critério de fluxo de caixa descontado, para um período de 5 anos. Análises do valor de recuperação do ágio são efetuadas no mínimo anualmente com base nas projeções de resultados futuros. A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2009, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição, em concordância com a IFRS 1.

Alocação do ágio às unidades geradoras de caixa

O ágio foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, para as unidades geradoras de caixa denominadas químicos.

O valor recuperável dessa unidade geradora de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração e taxa de desconto de 18,23% ao ano.

As projeções dos fluxos de caixa para o período orçado baseiam-se nas mesmas margens brutas esperadas para o período e na inflação do preço da matéria-prima para o período. Os fluxos de caixa posteriores foram projetados a partir de crescimento do volume de vendas conforme projeção do PIB e o crescimento dos preços e custos conforme projeção do IPCA. A fonte de informação utilizada para esses índices foi o Focus – Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

15.2 Movimentação – Controladora

Custo	Software	Total
Saldo em 31.12.14	13.527	13.527
Adições	1.139	1.139
Baixas	(5)	(5)
Transferências	4.593	4.593
Saldo em 31.12.15	19.254	19.254
Adições	82	82
Baixas	-	-
Transferências	1.765	1.765
Saldo em 30.06.16	21.101	21.101
Amortização	Software	Total
Saldo em 31.12.14	(8.349)	(8.349)
Adições	(2.043)	(2.043)
Baixas	5	5
Saldo em 31.12.15	(10.387)	(10.387)
Adições	(1.470)	(1.470)
Baixas	-	-
Saldo em 30.06.16	(11.857)	(11.857)
Saldo líquido em 31.12.14	5.178	5.178
Saldo líquido em 31.12.15	8.867	8.867
Saldo líquido em 30.06.16	9.244	9.244

Notas ExplicativasMovimentação – Consolidado

Custo	Marcas e Patentes	Software	Ágio - Milana	Total
Saldo em 31.12.14	18.335	27.295	8.452	54.082
Adições	106	1.139	-	1.245
Baixas	-	(17)	-	(17)
Transferências	-	4.593	-	4.593
Saldo em 31.12.15	18.441	33.010	8.452	59.903
Adições	-	82	-	82
Transferências	-	1.765	-	1.765
Saldo em 30.06.16	18.441	34.857	8.452	61.750

Amortização	Marcas e Patentes	Software	Ágio - Milana	Total
Saldo em 31.12.14	(5)	(22.058)	(517)	(22.579)
Amortização	(6)	(2.068)	-	(2.074)
Baixa	-	17	-	17
Saldo em 31.12.15	(11)	(24.109)	(517)	(24.637)
Amortização	(5)	(1.482)	-	(1.487)
Saldo em 30.06.16	(16)	(25.591)	(517)	(26.124)

Saldo líquido em 31.12.14	18.330	5.237	7.935	31.502
Saldo líquido em 31.12.15	18.430	8.901	7.935	35.266
Saldo líquido em 30.06.16	18.425	9.266	7.935	35.626

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Fornecedores - matéria prima	143.342	198.965	144.648	200.795
Fornecedores - transportes	34.561	40.105	34.785	40.635
Fornecedores - exterior	1.179	732	2.544	2.392
Fornecedores - finame a fabricante	91	116	91	116
Total	179.173	239.918	182.068	243.938

Notas Explicativas**16.1. Por vencimento**

<u>Intervalo</u>	<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>
A vencer	133.721	157.076	135.395	159.608
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	11.800	47.194	11.849	47.390
De 31 a 60 dias	4.521	17.974	4.533	18.243
De 61 a 90 dias	8.273	4.542	8.336	4.633
De 91 a 180 dias	10.930	5.474	11.025	5.726
Acima de 180 dias	9.928	7.658	10.930	8.338
	<u>179.173</u>	<u>239.918</u>	<u>182.068</u>	<u>243.938</u>
Circulante	129.554	239.802	132.449	243.822
Não circulante (a)	<u>49.619</u>	<u>116</u>	<u>49.619</u>	<u>116</u>

(a) Em Abril de 2016, a Companhia firmou com seus principais fornecedores o contrato de repactuação do valor devido, que serão pagos em até 36 meses.

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>
Salários a pagar	33	-	33	-
Provisão de férias e 13º Salário	17.493	15.158	17.813	15.482
Encargos sociais a pagar	3.932	3.678	3.992	3.759
Total	<u>21.458</u>	<u>18.836</u>	<u>21.838</u>	<u>19.241</u>

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**18.1. Composição**

	Taxa média anual de encargos %	Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
			30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Em moeda local:						
Arrendamento Mercantil	17,05	Dez/2016	20	39	20	39
Financiamento de máquinas e equipamentos (FINAME)	4,82	Jul/2017 a Set/2021	15.057	16.850	20.552	23.264
Capital de giro	22,43	Ago/2016 a Abr/2021	44.808	115.112	44.808	115.112
Operações de Fomento	(a)	Jul/2016	117.224	-	117.224	-
Total			177.109	132.001	182.604	138.415
Circulante			153.886	87.224	155.621	89.094
Não circulante			23.223	44.777	26.983	49.321

Notas Explicativas

- (a) As operações com fomento são utilizadas para pagamento de fornecedores e também como adiantamento de fornecedores para compra de matéria prima. Atualmente a Companhia opera com a empresa "BS Fomentos", e utiliza como forma de pagamento duplicatas a receber, normalmente com prazo médio de repasse à fomentadora de 12 dias e taxa de 3,5% por operação.

Garantias

Os empréstimos em moeda local estão garantidos por equipamentos, recebíveis de vendas futuras e avais da Companhia e suas controladas.

As operações da Companhia junto a fomentadora, BS Fomentos, estão garantidos por Marcas (Kalipto e NO ar) e estoques, no montante de R\$21.405.

Parcela não circulante

A parcela não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
2017	3.048	-	3.048	-
2018	-	17.516	915	17.516
2019	6.437	-	7.957	1.270
2020	6.290	14.627	7.615	16.499
após 2020	7.448	12.634	7.448	14.036
Total	23.223	44.777	26.983	49.321

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

19.1. Controladora

	Circulante		Não circulante		Total	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Parcelamento - Refis IV (a)	60.059	54.385	143.625	160.881	203.684	215.266
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (b)	2.439	2.353	1.390	2.515	3.829	4.868
PEP - Programa Especial de Parcelamento (c)	5.776	2.755	22.054	16.900	27.830	19.655
Parcelamento ICMS (d)	19.020	32.715	31.546	36.369	50.566	69.084
Parcelamentos PIS/COFINS (e)	10.132	8.074	23.614	26.241	33.746	34.315
Parcelamento IPI (f)	5.185	4.236	12.429	13.838	17.614	18.074
ICMS a Recolher	33.606	2.985	-	-	33.606	2.985
IPI a Recolher	24.343	5.961	-	-	24.343	5.961
ISS a Recolher	34	35	-	-	34	35
PIS/COFINS a Recolher	52.727	15.170	-	-	52.727	15.170
IRPJ / CSLL a Recolher	-	-	-	-	-	-
INSS e IRRF a Recolher	2.814	9.131	-	-	2.814	9.131
Parcelamento de INSS	3.113	-	11.934	-	15.047	-
Total	219.247	137.800	246.592	256.745	465.840	394.545

Notas Explicativas**19.2. Consolidado**

	Circulante		Não circulante		Total	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Parcelamento - Refis IV (a)	60.059	54.385	143.625	160.881	203.684	215.266
PPI - Programa de Parcelamento Incentivado (b)	2.439	2.353	1.390	2.515	3.829	4.868
PEP - Programa Especial de Parcelamento (c)	5.776	2.755	22.054	16.900	27.830	19.655
Parcelamento ICMS (d)	19.020	32.715	31.546	36.369	50.566	69.084
Parcelamentos PIS/COFINS (e)	10.132	8.074	23.614	26.241	33.746	34.315
Parcelamento IPI (f)	5.185	4.236	12.429	13.838	17.614	18.074
IRPJ / CSLL a Recolher	39	260	-	-	39	260
ICMS a Recolher	33.700	3.242	-	-	33.700	3.242
IPI a Recolher	24.356	5.971	-	-	24.356	5.971
ISS a Recolher	47	48	-	-	47	48
PIS/COFINS a Recolher	52.766	15.262	-	-	52.766	15.262
INSS e IRRF a Recolher	2.814	9.144	-	-	2.814	9.144
Parcelamento de INSS	3.113	-	11.934	-	15.047	-
Total	219.446	138.445	246.592	256.745	466.039	395.190

a) REFIS IV

Em 27 de outubro de 2009, a Companhia requereu em caráter definitivo a sua exclusão do Parcelamento Excepcional – PAEX e do parcelamento em 60 meses dos débitos em atraso do ano calendário 2006 e formalizou a opção pelo parcelamento em até 180 meses, previsto pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº. 06/2009 simplesmente denominado de “REFIS IV”. A migração dos débitos dos parcelamentos anteriores acima mencionados, para o “REFIS IV” representou a redução da parcela mensal em 15% e a possibilidade de utilização dos créditos decorrentes de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL para abatimento de multas e juros.

Adicionalmente aos débitos referentes ao PAEX e parcelamento de 60 meses, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento em 180 meses “REFIS IV” dos débitos referentes a procedimentos administrativos previdenciários, no montante total de R\$ 14.819, dos quais R\$ 8.924 encontravam-se provisionados na rubrica de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Os valores correspondentes aos débitos incluídos nos programas de parcelamentos anteriores, assim como os novos débitos parcelados, ambos no âmbito da Lei nº. 11.941/09 foram objeto de consolidação pela Receita Federal do Brasil (RFB) em 30 de junho de 2011.

O saldo da dívida consolidado da Companhia era de aproximadamente R\$281.843 em 30 de junho de 2011, ao passo que o valor consolidado pelas autoridades fiscais na mesma data foi de R\$187.049. A diferença de valores consolidados foi objeto de conciliação pelos assessores jurídicos da Companhia, que emitiram parecer confirmando que os débitos tributários e previdenciários eram aqueles consolidados pela RFB e PGFN no âmbito das modalidades de parcelamento da Lei 11.941, de R\$187.049 em 30.06.2011, acrescidos dos débitos de CPMF em aberto que totalizavam R\$10.363.

A possibilidade de inclusão dos débitos de CPMF não consolidados pela RFB e PGFN no âmbito do “REFIS IV” foi discutida em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia e a provisão integral dos valores foi mantida.

Notas Explicativas

Em 09 de outubro de 2013 foi publicada a Lei nº 12.865, que tratou, dentre outros assuntos, da reabertura do prazo para inclusão de débitos no Refis IV. Em tal ocasião, a Companhia optou pelo recolhimento à vista do montante relativo a CPMF, em 31 de dezembro de 2013, no valor total de R\$ 6.062 importando na redução total de R\$4.944.

Dentro do contexto desta nova lei, além dos débitos relativos a CPMF acima mencionados, no momento da reabertura do prazo para inclusão de débitos no referido Programa de Parcelamento, a Companhia optou, também, pela inclusão dos seguintes débitos adicionais:

- PIS: Com relação aos débitos relativos ao PIS, que foram objeto de parcelamento ordinário no âmbito da PGFN em julho de 2013, diante da previsão legal para transferência do saldo do parcelamento ordinário, a Companhia optou pela migração ao Refis IV, sendo que o saldo de R\$ 6.389, com as reduções previstas, totalizou em dezembro de 2013 o montante de R\$ 3.393.

- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior: Com base na opinião dos assessores jurídicos, em dezembro de 2013 a Companhia deliberou aderir ao acordo de refinanciamento de tributos federais (REFIS) referente ao pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido da controlada no exterior BB Overseas incidentes sobre o lucro apurado para o ano de 2002.

A Companhia possui ação judicial na qual contesta a tributação (a) dos lucros apurados pela controlada no exterior BB Overseas nos anos de 1996 a 2001, antes da sua efetiva disponibilização; (b) dos lucros apurados pela controlada no exterior BB Overseas no ano de 2002 e seguintes, antes da sua efetiva disponibilização; e (c) do resultado positivo de equivalência patrimonial correspondente à variação cambial do investimento detido na BB Overseas. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL em discussão nessa ação judicial se encontram com a exigibilidade suspensa, por força de decisão judicial.

Em 2013 foi publicado o resultado do julgamento da ADIN 2.588, na qual o Supremo Tribunal Federal decidiu pela (i) invalidade da tributação dos lucros acumulados até 2001 por controladas no exterior antes da efetiva disponibilização, estejam ou não sediadas em paraíso fiscal (aplicável aos lucros da BB Overseas acumulados até dezembro de 2001); e pela (ii) validade da tributação dos lucros apurados por controladas no exterior a partir de 2002, sediadas em paraíso fiscal (aplicável aos lucros da BB Overseas – sediada nas Ilhas Virgens Britânicas – auferidos a partir de 2002).

Em face do impacto desfavorável que a decisão dessa ADIN teria em relação a parcela do crédito tributário discutido na ação judicial proposta pela Companhia, especificamente no que concerne à tributação dos lucros apurados pela BB Overseas a partir do ano de 2002, nossos assessores jurídicos entenderam que seria iminente a probabilidade de perda parcial dessa ação, quanto a esta parcela do crédito tributário. E em razão de tal entendimento recomendaram a desistência parcial da ação e liquidação desse crédito tributário – de IRPJ e CSLL – mediante aproveitamento dos benefícios (descontos de juros de mora e multa) previstos pelo artigo 40 da Lei 12.865/13; ou, subsidiariamente, previstos pelo artigo 1º da Lei 11.941/09.

Como o parcelamento previsto pelo artigo 40 da Lei 12.865/13 estava condicionado ao pagamento de uma entrada no montante de 20% (vinte por cento) dos créditos tributários a serem parcelados, a Companhia deliberou por aderir ao parcelamento previsto pelo artigo 1º da Lei 11.941/09, para liquidação dessa parcela do crédito tributário em discussão na ação judicial, em 180 (cento e oitenta) prestações mensais e sucessivas ajustadas pela SELIC, com redução de 60% de multa e 25% de juros de mora. O impacto do reconhecimento do REFIS em 2013 foi de R\$ 120.192, sendo R\$ 57.377 de impostos, R\$ 89.108 de despesas financeiras e outras despesas operacionais e R\$ (26.293) de benefício fiscal.

Considerando a reabertura do prazo de que trata o § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (REFIS IV) definida pelo art. 34 pela Medida Provisória 651, em dezembro de 2014 a Companhia optou por incluir débitos no montante de R\$ 14.614, mediante aproveitamento dos benefícios previstos pelo artigo 1º da Lei 11.941/09.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia destaca que optou pela inclusão destes valores no modelo previsto pelo programa denominado REFIS IV, dada sua vantagem econômica com reduções (60% da multa de mora; 25% dos juros de mora e 100% de encargos), somada a possibilidade de parcelamento em até 180 meses, além de não ser exigido um percentual de entrada para o parcelamento.

Os valores da dívida perante RFB em dezembro de 2009, após a conciliação com os valores efetivamente consolidados pela RFB, e a sua movimentação estão demonstrados como segue:

	Controladora	Consolidado
PAEX	333.224	335.893
Juros	2.113	2.113
Processos administrativos e judiciais	14.819	14.881
IPI - Medida Provisória nº 470 (a.1)	98.747	98.747
(-) Benefícios de juros, multas e encargos	(145.255)	(145.972)
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(90.702)	(91.783)
(-) Pagamentos até 31.12.09	(5.484)	(5.509)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.09	207.462	208.370
Juros no período findo em 31.12.10	15.876	15.951
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.10	(31.288)	(31.579)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.10	192.050	192.742
Benefícios de juros, multas e encargos	-	41
Juros no período findo em 31.12.11	13.388	13.448
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.11	(30.686)	(30.986)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.11	174.752	175.245
Juros no período findo em 31.12.12	3.070	3.131
(-) Pagamentos no período findo em 31.12.12	(31.607)	(32.032)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.12	146.215	146.344
Inclusão de novos débitos em 31.12.13	123.585	123.585
Juros total no período findo em 31.12.13	7.234	7.237
(-) Pagamentos total no período findo em 31.12.13	(35.555)	(35.638)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.13	241.479	241.528
Inclusão de novos débitos em 31.12.14	14.614	14.614
Juros total no período findo em 31.12.14	19.979	19.979
(-) Pagamentos total no período findo em 31.12.14	(38.288)	(38.337)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.14	237.784	237.784
Juros total no período findo em 31.12.15	21.956	21.956
(-) Pagamentos total no período findo em 31.12.15	(44.474)	(44.474)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 31.12.15	215.266	215.266
Juros total no período findo em 30.06.16	9.595	9.595
(-) Pagamentos total no período findo em 30.06.16	(21.177)	(21.177)
Saldo do novo parcelamento "Refis IV" em 30.06.16	203.684	203.684

a.1) IPI – Medida Provisória nº 470

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia formalizou o pedido de pagamento à vista com utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSSL, nos termos da Medida Provisória nº. 470 de 13 de outubro de 2009, dos débitos decorrentes da apropriação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as aquisições de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários com incidência de alíquota zero ou como não tributados. A adesão ao pagamento à vista nos termos da Medida Provisória nº. 470 prevê a redução de 100% das multas de mora, de 90% dos juros de mora e de 100% do encargo legal, o que representa uma redução no total da dívida de R\$ 58.211. A liquidação do débito remanescente de R\$ 40.535, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, aguarda homologação pela RFB e PGFN.

b) PPI

Em 27 de setembro de 2007, a Companhia formalizou a opção pelo Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº. 51.960, de 4 de julho de 2007.

Notas Explicativas

O saldo remanescente do PPI em 30 de junho de 2016 é de R\$ 3.829 (R\$ 4.868 em 31 de dezembro de 2015), conforme Programa de Parcelamento Incentivado de 120 meses, ao débito serão acrescidos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, e 1% relativamente ao mês em que o pagamento da parcela estiver sendo efetuado. No Programa de Parcelamento Incentivado de 12 meses, incidirão juros de 1% ao mês, de acordo com a tabela Price.

c) PEP

Em 29 de maio de 2013, a Companhia formalizou a opção pelo Programa Especial de Parcelamento – PEP do ICMS, instituído pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº 58.811 de 28 de dezembro de 2012.

O saldo em 30 de junho de 2016 é de R\$ 27.830 (R\$ 19.655 em 31 de dezembro de 2015), para débitos parcelados em 120 meses, com acréscimo financeiro de 1% a.m.

d) ICMS

Em 2014 e 2015 a Companhia formalizou o parcelamento ordinário na SEFAZ dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Curitiba, Pernambuco e Rio de Janeiro. O saldo remanescente em 30 de junho de 2016 é de R\$ 50.566 (R\$69.084 em 31 de dezembro de 2015).

e) PIS / COFINS

Em 2015 a Companhia formalizou o parcelamento ordinário junto a RFB em 60 meses e em 30 de junho de 2016 o montante é de R\$ 33.746 (R\$ 34.315 em 31 de dezembro de 2015).

f) IPI

Em 2015 a Companhia formalizou o parcelamento ordinário junto a RFB em 60 meses e em 30 de junho de 2016 o montante é de R\$ 17.614 (R\$ 18.074 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes, como condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados nos itens a), e) e f) e das condições dos mesmos. Em 30 de junho de 2016, a Companhia está adimplente com os pagamentos.

As contribuições e encargos tributários apurados e recolhidos ou a recolher pela Companhia, bem como as respectivas declarações de tributos, os registros contábeis, fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Compensação dos ativos e passivos fiscais diferidos: Nas informações contábeis intermediárias consolidadas individuais, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, nos casos em que os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

b) Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses créditos, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas.

Notas Explicativas

Abaixo demonstramos a estimativa da realização dos ativos diferidos:

Descrição	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Ativos diferidos	3.802	8.255	9.050	9.155	8.428	33.005	71.695

c) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Em 30 de junho de 2016, não foram reconhecidos nas informações contábeis intermediárias créditos tributários no valor de R\$ 90.106 oriundos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias geradas. O não reconhecimento destes créditos se deve basicamente a falta de geração de resultados tributáveis nos próximos exercícios, os quais, estão fundamentados pelas projeções de resultados realizadas pela Administração da Companhia. De acordo com a legislação tributária vigente no Brasil não há prazo para a prescrição dos prejuízos fiscais.

20.1. Composição do resultado

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Imposto de renda e contribuição social correntes:				
IRPJ/CSLL corrente	-	-	(37)	(212)
Imposto de renda e contribuição social Diferido:				
IRPJ/CSLL diferido	42	45.798	763	46.489
Total - IRPJ / CSLL	42	45.798	726	46.277

20.2. Apuração do IRPJ e da CSLL com efeito no resultado

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2016	30.06.15	30.06.2016	30.06.15
Lucro líquido / (Prejuízo) antes dos impostos	45.664	(135.319)	44.980	(135.816)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(15.526)	46.008	(15.293)	46.177
Efeito do imposto de renda sobre diferenças permanentes	172	(622)	111	(683)
Equivalência patrimonial	32.734	(14.672)	-	-
Outros	668	(146)	445	(1.480)
Crédito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	(18.006)	-	(18.006)	-
Imposto diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecido em exercícios anteriores	-	15.212	-	15.212
Efeito das controladas tributadas pelo lucro presumido e isentas	-	-	33.469	(12.949)
Receita /(Despesa) de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado	42	45.780	726	46.277
Alíquota efetiva	0%	34%	-2%	34%

Notas Explicativas

20.3. Movimentação dos ativos e passivos do IRPJ e da CSLL diferido

Controladora

	31.12.2014	Reconhecido no resultado	31.12.2015	Reconhecido no resultado	30.06.2016
Ativo diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa	34.683	74.255	108.938	3.557	112.495
Credito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	-	(72.100)	(72.100)	(18.006)	(90.106)
Contingências tributárias	4.014	9.304	13.318	8.504	21.822
Contingências cíveis	3.183	920	4.103	421	4.524
Contingências trabalhistas	4.031	(299)	3.732	(99)	3.633
Participação no lucros	1.795	(1.784)	11	1.167	1.178
Outras contas a pagar	637	(13)	624	479	1.103
Provisão para perdas de créditos	3.354	(577)	2.777	2.700	5.477
Provisão para perda nos estoques	-	-	-	1.277	1.277
Outros	11.348	(1.056)	10.292	-	10.292
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	63.045	8.650	71.695	-	71.695
Passivo diferido					
Variação cambial não realizada	(17.079)	17.079	-	-	-
Deemed cost	(1.004)	84	(920)	42	(878)
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(18.083)	17.163	(920)	42	(878)
Imposto Diferido Líquido	44.962	25.813	70.775	42	70.817

Consolidado

	31.12.2014	Reconhecido no resultado	31.12.2015	Reconhecido no resultado	30.06.2016
Ativo diferido					
Prejuízo fiscal e base negativa	34.683	74.255	108.938	3.557	112.495
Credito tributário não reconhecido - Instrução 371 CVM	-	(72.100)	(72.100)	(18.006)	(90.106)
Contingências tributárias	4.014	9.304	13.318	8.504	21.822
Contingências cíveis	3.183	920	4.103	421	4.524
Contingências trabalhistas	4.031	(299)	3.732	(99)	3.633
Participação no lucros	1.795	(1.784)	11	1.167	1.178
Outras contas a pagar	637	(13)	624	479	1.103
Provisão para perdas de créditos	3.354	(577)	2.777	2.700	5.477
Provisão para perda nos estoques	-	-	-	1.277	1.277
Amortização do ágio	-	-	-	-	-
Outros	11.348	(1.056)	10.292	-	10.292
Total IRPJ/CSLL diferido ativo	63.045	8.650	71.695	-	71.695
Passivo diferido					
Variação cambial não realizada	(17.079)	17.079	-	-	-
Reavaliação (Mercosul)	(17.769)	1.067	(16.702)	521	(16.181)
Deemed cost	(34.450)	491	(33.959)	242	(33.717)
Total IRPJ/CSLL diferido passivo	(69.298)	18.637	(50.661)	763	(49.898)
Imposto Diferido Líquido	(6.253)	27.287	21.034	763	21.797

21. PROVISÕES DIVERSAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
(a) Benefícios a empregados	3.048	4.019	3.048	4.019
(b) Honorários advocatícios	9.579	9.292	9.579	9.292
(c) Outras	6.709	1.867	6.746	2.032
Total	19.336	15.178	19.373	15.343
Circulante	9.757	5.886	9.794	6.051
Não Circulante	9.579	9.292	9.579	9.292

(a) Benefícios a empregados - Representada substancialmente pela provisão sobre o montante do banco de horas passível de compensação.

(b) Honorários advocatícios - Provisão de honorários advocatícios sobre os processos de compra e venda de títulos e tributação sobre lucros de controlada no exterior, conforme descrito na nota explicativa n. 23.

(c) Outras - Provisão referente à participação nos resultados da companhia, bem como outras diversas obrigações.

Notas Explicativas**22. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Comerciais	236	19.854	1.178	20.743
Energia Elétrica	2.030	3.432	2.030	3.432
Outras	195	1.180	202	1.184
Total	2.461	24.466	3.410	25.359

23. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para estes riscos.

Em 30 de junho de 2016, estão provisionados os montantes de R\$ 108.158 (controladora) e de R\$ 108.905 (consolidado), os quais, na opinião dos assessores legais, levantada em 30 de junho de 2016, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Trabalhistas	10.686	10.977	11.355	11.646
Cíveis	42.422	41.183	42.422	41.183
Fiscais	55.050	30.040	55.128	30.118
Total	108.158	82.200	108.905	82.947

- Movimentação da provisão para demandas judiciais:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31.12.14	11.857	38.479	6.269	56.605	12.439	38.479	6.345	57.263
Constituição de provisão	2.273	3.361	28.632	34.266	2.360	3.361	28.634	34.355
Baixas	(3.153)	(657)	(4.861)	(8.671)	(3.153)	(657)	(4.861)	(8.671)
Saldo em 31.12.15	10.977	41.183	30.040	82.200	11.646	41.183	30.118	82.947
Constituição de provisão	-	1.239	25.010	26.249	-	1.239	25.010	26.249
Baixas	(291)	-	-	(291)	(291)	-	-	(291)
Saldo em 30.06.16	10.686	42.422	55.050	108.158	11.355	42.422	55.128	108.905

Notas Explicativas

Contingências Trabalhistas

Em 30 de junho de 2016, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Contingências Cíveis

Em 30 de junho de 2016, a Companhia e suas controladas estavam expostas a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Com base nos pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Em 13 de maio de 2008 foram ajuizadas ações monitórias pela Massa Falida do Banco Santos S.A. e Massa Falida da Finsec S.A., empresa que pertencia ao Banco Santos, que segundo estimativas dos assessores jurídicos responsáveis por estas demandas representam uma contingência máxima de R\$ 47.837, sendo R\$ 13.848 possível e R\$ 33.989 provável.

O montante de R\$ 33.989, considerado como provável em 30 de junho de 2016 (R\$ 32.309 em 31 de dezembro de 2015) encontra-se devidamente provisionados nas informações contábeis consolidadas da Companhia.

Contingências Fiscais

A Companhia e suas controladas estão questionando administrativa e judicialmente a constitucionalidade da natureza, da base de cálculo e das modificações de alíquotas e da expansão da base de cálculo de alguns impostos, encargos e contribuições sociais, no intuito de assegurar o não recolhimento ou a recuperação de pagamentos do passado.

Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, os montantes provisionados são considerados suficientes pela Administração para fazer face às perdas esperadas. Os valores de impostos não recolhidos, com base em decisões judiciais preliminares, são provisionados e atualizados até que se obtenha uma decisão final.

Possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo consolidado de R\$ 3.990.611 em 30 de junho de 2016 (R\$ 4.001.066 em 31 de dezembro de 2015). A probabilidade de êxito nesses processos foi considerada pelos assessores jurídicos como possível e, com base nessa opinião, a Administração da Companhia decidiu não constituir provisão para contingências para os referidos processos.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>
Trabalhistas	8.217	8.217	8.279	8.279
Cíveis	31.362	41.899	31.362	41.899
Fiscais	3.941.047	3.939.474	3.950.970	3.950.888
Total	<u>3.980.626</u>	<u>3.989.590</u>	<u>3.990.611</u>	<u>4.001.066</u>

Notas Explicativas

As naturezas das principais ações são as seguintes:

- Compra e Venda de Títulos

Autos de infração lavrados pela Receita Federal em 2003, 2004, 2005 e 2006, no montante de R\$ 3.879.359 atualizados junho de 2016), referentes a imposto de renda retido na fonte em operações de compra e venda de títulos emitidos no exterior (T-Bills, T-Bonds, Argentine Global Bonds, etc.) entre os anos de 1998 e 2001 sendo R\$ 435.242 relativos ao ano de 1998, R\$ 433.179 relativos ao ano de 1999, R\$ 2.231.895 relativos ao ano de 2000 e R\$ 779.043 relativos ao ano de 2001.

Após o encerramento do processo administrativo relativo às operações de 1998, em 22 de fevereiro 2011, a Fazenda Nacional ajuizou a execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611. Em 17 de março de 2011, a Companhia ofereceu os bens integrantes de seu ativo imobilizado para fins de garantia da execução, o que foi aceito pela Fazenda Nacional. A Companhia apresentou, em 15 de abril de 2011, Embargos do Devedor. Em 28 de fevereiro de 2013, foi proferida decisão determinando a realização de perícia judicial para avaliação de bens integrantes do ativo da Companhia. Foi proferida decisão nos autos do Agravo de Instrumento nº 0007190-09.2011.4.03.0000, declarando ilegal a penhora de ativos financeiros realizada em 2011 e, em 27 de setembro de 2013, foi expedido alvará de levantamento dos valores bloqueados (na ordem de R\$ 8.400). Em outubro de 2013, a UF apresentou novo pedido de constrição, desta vez, relativo ao processo n. 93.00.02130-3. O pedido foi acolhido e, por consequência, foi interposto agravo de instrumento distribuído sob o n. 0027123-94.2013.4.03.0000, ao qual foi negado seguimento. Diante de tal situação, foi interposto agravo do artigo 557, par. 1º. Do CPC, o qual foi por unanimidade, provido, revogando assim, a ordem de penhora proferida na origem. Realizada nova avaliação dos bens da companhia. Obtivemos decisão favorável para liberação do depósito bloqueado. Os autos estavam na conclusão para análise acerca do reforço de penhora e os embargos estavam suspensos aguardando decisão sobre a penhora. Em setembro/2015 foi proferido despacho determinando nova verificação / constatação dos bens ofertados a penhora, bem como recebendo os embargos, sem efeito suspensivo. Em abril/2016 o mandado de constatação e avaliação foi cumprido pelo oficial de justiça da Comarca de Abreu e Lima PE e a precatória foi devolvida ao Juízo Deprecante. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível.

Acerca dos supostos débitos referentes às operações praticadas em 1999, o antigo Conselho de Contribuintes reconheceu, de forma definitiva, a decadência dos créditos tributários de IR/Fonte no período de 10 de maio de 1999 a 21 de dezembro de 1999, correspondente a 82,17% do valor total exigido no auto de infração. O débito remanescente do auto de infração foi inscrito em dívida ativa em 8 de fevereiro 2011 e em 13 de maio de 2011 foi ajuizada a execução fiscal nº 0003205-23.2011.4.03.6114. Na sequência foram apresentados bens do ativo como garantia e em 27 de julho de 2011, opostos Embargos do Devedor nº 0005754-06.2011.4.03.6114, tendo sido determinado pela juíza o apensamento do processo à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.6114, para aproveitamento dos atos processuais em um único processo. Em razão do apensamento, foi proferida sentença julgando os Embargos nº 0005754-06.2011.4.03.6114 extintos sem julgamento de mérito e, por precaução, foi interposto recurso de Apelação pela Companhia, ao qual foi dado provimento para reformar a sentença. Foi dado provimento ao nosso recurso para reforma da sentença de extinção. Assim, os autos estão sendo encaminhados à primeira instância. Apresentamos aditamento aos primeiros embargos. Os autos estão apensos à execução de 1998. A probabilidade de perda desta discussão judicial foi classificada pelos seus assessores jurídicos da Companhia como possível.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2000 foi julgado no âmbito do Primeiro Conselho de Contribuintes em abril de 2008, tendo sido reconhecida a decadência de 94,7% do débito. Em face dessa decisão, foram opostos embargos de declaração pela Companhia e Recurso Especial pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O processo foi distribuído à 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a qual apreciou os embargos apresentados. Em 10 de junho de 2011 os autos haviam sido

Notas Explicativas

encaminhados à Delegacia da Receita Federal de São Bernardo do Campo para ciência da decisão proferida e eventual interposição de Recurso Especial. Porém, os autos foram devolvidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para correção de erros formais que constavam na decisão, o que foi feito por meio de decisão proferida em 17 de abril de 2013. Atualmente aguarda-se recebimento dos autos na Delegacia da Receita Federal para ciência da decisão proferida e intimação da Companhia para interposição de Recurso Especial.

O auto de infração referente às operações praticadas em 2001 foi julgado em 13 de março de 2013, pela 2ª Turma da 2ª Câmara da 2ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que reconheceu, por maioria de votos, a decadência e respectiva extinção do direito de a Fazenda Nacional de constituir os créditos tributários relativos ao período anterior a 27 de novembro de 2001, bem como, por unanimidade, negou provimento ao Recurso Voluntário no tocante à parcela não abrangida pela decadência. Em face dessa decisão, a Procuradoria da Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial. Em 29 de agosto de 2013 a Companhia apresentou Embargos de Declaração em face do acórdão e contrarrazões ao Recurso Especial da Fazenda Nacional. Os embargos de declaração foram julgados de forma desfavorável. A companhia apresentou, então, recurso especial em 07/11/2014, o qual foi inadmitido em junho/2015. Em junho/2015 a Fazenda Nacional apresentou recurso especial. Em setembro/2015 a companhia apresentou contrarrazões. Em junho/2016, a CSRF deu provimento integral ao recurso especial apresentado pela Fazenda Nacional. Atualmente, aguarda formalização do acórdão, cabendo ainda embargos de declaração por parte da companhia.

No que tange às operações praticadas em 2000 e 2001, pendentes de decisão final na esfera administrativa, os assessores jurídicos da Companhia classificaram a chance de perda como possível.

- Tributação sobre Lucros de Controlada no Exterior

Em 22 de abril de 2003, a Companhia entrou com mandado de segurança com pedido liminar para discutir judicialmente a constitucionalidade da Medida Provisória nº 2158-35/01 e IN nº 213/02, que disciplinam a tributação do IRPJ e da CSLL sobre os lucros da sua controlada Bombril Overseas Inc., formados e alcançados pela regulamentação desde o ano de 1996 a 2002. Após ter sido proferida sentença favorável à Companhia, foi interposto recurso de Apelação pela Procuradoria da Fazenda Nacional. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região proferiu acórdão dando parcial provimento ao recurso. Foram opostos embargos de declaração, tanto pela Companhia quanto pela Procuradoria da Fazenda Nacional, os quais foram rejeitados por meio de acórdão publicado em 23 de dezembro de 2011. Em 11 de janeiro de 2012, foram opostos novos embargos de declaração pela Companhia, os quais foram parcialmente acolhidos por meio de acórdão publicado em 30 de julho de 2012. Em 13 de agosto de 2012, foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário pela Companhia, e em 30 de agosto de 2012, a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou novos embargos de declaração. Em 20 de setembro de 2012 os Recursos Especial e Extraordinário foram recebidos com efeito suspensivo por força de medida liminar concedida nos autos da Medida Cautelar nº 0025645-85.2012.4.03.0000. Em 28 de fevereiro de 2013 foi publicado acórdão rejeitando os embargos de declaração opostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional e atualmente aguarda-se exame de admissibilidade e remessa Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores.

Por ocasião do julgamento da ADIN 2588, o STF analisou a validade do artigo 74 da MP 2.158/01, no seguinte sentido:

- não é válida a aplicação do parágrafo único do artigo 74 da MP 2158/01 em relação aos lucros acumulados até 2001;

- é válida a aplicação do caput do artigo 74 da MP 2158/01 em relação aos lucros apurados por controladas no exterior a partir de 2002, sediadas em paraíso fiscal.

Notas Explicativas

Assim, considerando as chances de êxito para os lucros apurados em 2002, bem como considerando a reabertura do prazo para inclusão de débitos no Refis IV, nos termos da Lei 12.865/2013, a Companhia optou pela inclusão parcial dos valores em discussão no Refis (lucros acumulados em 2002) e manteve a discussão para os lucros acumulados até 2001, bem como para a variação cambial.

O valor atualizado do débito em discussão perfazia o montante de R\$ 502.396 em 31 de dezembro de 2013, sendo que foi incluído no parcelamento o montante de R\$ 134.303 (valor histórico – dez/13) e foi mantida a discussão no montante de R\$ 447.272 em 30 de junho de 2016, como probabilidade de perda remota.

- Depósitos Judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais de R\$ 1.769 mil em 30 de junho de 2016 (R\$1.769 em 31 de dezembro de 2015) relacionados a processos de natureza civil, trabalhistas e tributárias que estão em andamento. As estimativas de perda para fazer frente a estes processos estão devidamente provisionadas.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social autorizado

O capital social autorizado está dividido em 60.000.000 ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 40.000.000 ações preferenciais.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito e integralizado é de 54.064.588 de ações, sendo 20.000.000 ações ordinárias e 34.064.588 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, porém têm o direito de preferência no recebimento de dividendos mínimos e garantia de um dividendo 10% superior ao dividendo pago aos acionistas titulares de ações ordinárias. Para as ações de qualquer espécie é assegurado dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor.

24.2. Programa de American Depositary Receipts

Em 6 de junho de 1994, foi iniciado o programa de *American Depositary Receipts* - ADR nível 1, aprovado pela *Securities Exchange Commission* (SEC), dos Estados Unidos da América, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Esse programa dá aos detentores de ações preferenciais da Bombril S.A. o direito de depositarem suas ações em custódia no Banco Bradesco S.A., em São Paulo, e receberem *American Depositary Receipts*-ADR em Nova York.

Estão depositadas no The Bank of New York 28.589 ações preferenciais, em 30 de junho de 2016, equivalentes a 28.589 ADR's, representando 0,05% do capital total.

24.3. Outros resultados abrangentes

24.3.1. Reserva de reavaliação

Em 30 de junho de 2016, a reserva de reavaliação reflexa da controlada Bombril Mercosul S.A., líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 31.410 (R\$ 32.421 em 31 dezembro de 2015).

Notas Explicativas

24.3.2. Custo atribuído

Os ajustes por adoção do custo atribuído ao ativo imobilizado, líquido dos efeitos tributários da controladora, é de R\$ 1.705 em 30 junho de 2016 (R\$ 1.787 em 31 dezembro de 2015) e no consolidado é de R\$ 65.450 em 30 junho de 2016 (R\$ 65.921 em 31 dezembro de 2015). O custo atribuído é realizado ao ativo imobilizado registrado em ajuste de avaliação patrimonial, de acordo com a depreciação, alienação ou baixa do respectivo ativo imobilizado, contra a rubrica de lucros acumulados.

24.3.3. Ajuste acumulado de conversão

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 30 de janeiro de 2009, bem como na Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado “Ajustes Acumulados de Conversão”, no qual foram registradas as variações cambiais resultantes da conversão das informações contábeis consolidadas de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

24.4. Debêntures conversíveis em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“AGE”), realizada em 10 de junho de 2014 foi aprovada a emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, da primeira emissão da Companhia (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), as quais serão objeto de colocação privada, totalizando, na Data de Emissão, o valor de R\$ 70.000.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será objeto de atualização monetária, bem como não haverá resgates antes da data de vencimento. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios pré-fixados de 6,00% (seis por cento) ao ano, capitalizados anualmente, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Integralização até o vencimento das Debêntures. A Remuneração devida aos debenturistas será, em conjunto com o Valor Nominal Unitário, convertida em ações da Companhia. Não haverá, portanto, pagamento da Remuneração em pecúnia, exceto no caso de vencimento antecipado das Debêntures. As obrigações da Companhia serão imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, cross default, protesto de títulos acima de R\$ 10.000, inadimplemento das obrigações assumidas nessa emissão e reorganização societária sem aprovação dos debenturistas.

Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Companhia, no âmbito da emissão de Debêntures, foi constituída alienação fiduciária da marca “Bombril” em favor dos debenturistas.

Em Fato Relevante publicado em 16 de setembro de 2014 a administração da Companhia divulgou aos seus acionistas, investidores e mercado em geral, que no âmbito da primeira emissão de debêntures conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), as quais foram objeto de colocação privada, foram subscritas 66.002.424,00 (sessenta e seis milhões, dois mil quatrocentos e vinte e quatro) Debêntures, totalizando, na presente data, o valor de R\$ 66.002 com vencimento em 10 de junho de 2019. As Debêntures que não foram subscritas no âmbito da Emissão foram canceladas pela Companhia.

O preço de conversão das Debêntures foi definido com base no preço médio das ações da Companhia, apontado pelo laudo de avaliação preparado pela APSIS (R\$ 0,41/ação). As ações resultantes da conversão contarão com as mesmas prerrogativas das demais ações ordinárias ou

Notas Explicativas

preferenciais da Companhia, sem quaisquer restrições, conforme a espécie das ações de titularidade do debenturista.

	Taxa anual de encargos %	Controladora 30.06.16	Consolidado 30.06.16
Debêntures conversíveis em ações - valor nominal		66.002	66.002
Juros conversíveis em ações em 31 de dezembro de 2014	6	1.333	1.333
Juros conversíveis em ações em 31 de dezembro de 2015	6	4.049	4.049
Juros conversíveis em ações em 30 de junho de 2016	6	2.099	2.099
Total		73.483	73.483

25. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Receita bruta	788.769	813.197	795.004	824.348
(-) Deduções	(32.855)	(56.921)	(33.506)	(57.644)
(-) Impostos s/receita	(202.842)	(214.196)	(203.366)	(215.030)
Total	553.072	542.080	558.132	551.674

26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias da Bombril S.A. em circulação durante os exercícios apresentados.

O quadro abaixo, apresentado em R\$, reconcilia o prejuízo apurado e os montantes utilizados no cálculo do prejuízo por ação básico e diluídos:

	30.06.16			30.06.15		
	Ordinária (ON)	Preferencial (PN)	Total	Ordinária (ON)	Preferencial (PN)	Total
Numerador						
Lucro / (Prejuízo) atribuível a cada classe de ações	16.908	28.798	45.706	(33.123)	(56.416)	(89.539)
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação	20.000.000	34.064.588	54.064.588	20.000.000	34.064.588	54.064.588
Lucro / (Prejuízo) por ação						
(R\$) – Básico	0,845	0,845		(1,656)	(1,656)	
Lucro / (Prejuízo) por ação (R\$) – Diluído	0,430	0,430		(1,241)	(1,656)	

Notas Explicativas

As ações preferenciais não são conversíveis em ações ordinárias e a Companhia possui debêntures com potencial efeito diluidor, as quais foram consideradas no cálculo do lucro / (prejuízo) de ação – diluído.

27. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

A Companhia apresentou as demonstrações dos resultados utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Insumos	(246.779)	(264.146)	(247.863)	(267.286)
Despesas com pessoal	(97.163)	(100.880)	(99.263)	(102.929)
Energia elétrica	(9.361)	(13.016)	(9.361)	(13.016)
Manutenção	(7.155)	(6.772)	(7.248)	(6.831)
Depreciação e amortização	(13.687)	(10.066)	(17.256)	(13.668)
Despesas com promoção de vendas	(51.352)	(72.553)	(52.115)	(76.584)
Despesas com propaganda e marketing	(1.289)	(7.594)	(1.330)	(8.043)
Despesas de aluguéis	(7.837)	(8.586)	(6.161)	(7.116)
Despesas com fretes	(55.230)	(58.397)	(55.729)	(59.846)
Outras despesas	(22.208)	(28.871)	(23.026)	(30.548)
	<u>(512.060)</u>	<u>(570.881)</u>	<u>(519.351)</u>	<u>(585.867)</u>

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
Custo dos produtos vendidos	(325.090)	(347.160)	(325.040)	(350.305)
Despesas com vendas	(151.098)	(188.714)	(154.919)	(197.657)
Despesas administrativas	(35.872)	(35.007)	(39.392)	(37.905)
	<u>(512.060)</u>	<u>(570.881)</u>	<u>(519.351)</u>	<u>(585.867)</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

	30.06.16	30.06.15
	Higiene e limpeza	Higiene e limpeza
Receita líquida de vendas	558.132	551.674
Custo dos produtos vendidos	<u>(325.040)</u>	<u>(350.305)</u>
Lucro bruto	233.092	201.369
Despesas com vendas	(154.919)	(197.656)
Despesas Administrativas	(39.392)	(37.905)
Outras (despesas) receitas líquida	<u>(29.787)</u>	<u>15.098</u>
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	8.994	(19.094)
Receitas financeiras	2.230	1.891
Despesas financeiras	(66.137)	(47.255)
Variação cambial, líquida	<u>99.893</u>	<u>(71.358)</u>
Lucro / (Prejuízo) antes dos impostos	44.980	(135.816)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(37)	(212)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>763</u>	<u>46.489</u>
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	<u><u>45.706</u></u>	<u><u>(89.539)</u></u>

Notas Explicativas

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela presidência e corpo diretivo.

As informações apresentadas ao principal tomador de decisões para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos focam no resultado geral do negócio situado no mercado categoria, ou seja, focam na perspectiva de mercado de higiene e limpeza, seu principal segmento operacional.

Não houve transações entre segmentos da Companhia.

	<u>30.06.16</u>	<u>30.06.15</u>
	<u>Higiene e</u>	<u>Higiene e</u>
	<u>limpeza</u>	<u>limpeza</u>
Ativos totais	687.388	798.334
Passivos totais	687.388	798.334
Depreciação e amortização	(17.256)	(13.667)
Aquisição do imobilizado	2.707	33.008

29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.16</u>	<u>30.06.15</u>	<u>30.06.16</u>	<u>30.06.15</u>
Juros sobre empréstimos	(25.458)	(22.935)	(25.644)	(23.198)
Juros sobre operações de terceiros	(23)	(18)	(23)	(18)
Juros sobre impostos	(22.687)	(22.760)	(22.692)	(22.787)
Encargos bancários	(2.376)	(1.221)	(2.405)	(1.252)
Receitas financeiras	2.229	1.297	2.229	1.891
Variação cambial líquida	1.447	(33.270)	99.893	(71.358)
Fomento	(15.372)	-	(15.372)	-
Total	<u>(62.240)</u>	<u>(78.907)</u>	<u>35.986</u>	<u>(116.722)</u>

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração para aprovação e operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Notas Explicativas

a) Considerações sobre riscos

i) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, que estão sujeitas a riscos de crédito e que de forma geral não têm garantias, os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas, vide nota 5.

ii) Risco de taxa de câmbio

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa ou receita financeira e os saldos ativos ou passivos de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além disso, este risco influencia o preço de alguns insumos que são cotados em moeda estrangeira e pode afetar positiva ou negativamente o custo do produto vendido. A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de oscilação da taxa de câmbio.

iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos derivativos para proteção do risco de flutuação da taxa de juros.

iv) Risco de preço dos insumos.

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados nos processos produtivos da Companhia. Para minimizar este risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços dos insumos utilizados em seus processos produtivos, de forma a otimizar a equação do custo do produto vendido.

v) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequado, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

O endividamento líquido é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>	<u>30.06.16</u>	<u>31.12.15</u>
Dívida	177.109	132.001	182.604	138.415
Caixa e equivalentes de caixa	(14.019)	(16.828)	(17.897)	(17.939)
Aplicações financeiras não circulante	(1.796)	(7.740)	(1.796)	(1.796)
Dívida líquida	<u>161.294</u>	<u>107.433</u>	<u>162.911</u>	<u>118.680</u>

A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Tabelas do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

		Controladora					
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
30 de junho de 2016							
Passivos de arrendamento financeiro	17,05	2	5	14	-	-	21
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	22,24	2.691	5.382	25.644	11.092	-	44.809
Instrumentos a taxas de prefixadas	3,59	215	117.653	2.280	12.131	-	132.279
		2.908	123.040	27.938	23.223	-	177.109
31 de dezembro de 2015							
Passivos de arrendamento financeiro	17,06	3	7	29	-	-	39
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	21,73	5.359	10.719	48.235	31.677	-	95.990
Instrumentos a taxas de prefixadas	12,87	1.907	3.812	17.153	13.100	-	35.972
		7.269	14.538	65.417	44.777	-	132.001

Notas Explicativas

Consolidado						
Taxa de juros efetiva média <u>ponderada</u> %	Menos de <u>1 mês</u> R\$	De 1 a 3 <u>meses</u> R\$	De 3 meses <u>a 1 ano</u> R\$	De 1 a 5 <u>anos</u> R\$	Mais de <u>5 anos</u> R\$	<u>Total</u> R\$
30 de junho 2016						
Passivos de arrendamento financeiro	17,05	2	5	14	-	21
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	22,24	2.691	5.382	25.644	11.092	44.809
Instrumentos a taxas de prefixadas	3,71	316	117.856	3.711	15.891	137.774
		3.009	123.243	29.369	26.983	182.604
31 de dezembro 2015						
Passivos de arrendamento financeiro	17,06	3	7	29	-	39
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	21,73	5.359	10.719	48.235	31.677	95.990
Instrumentos a taxas de prefixadas	11,89	2.062	4.124	18.556	17.644	42.386
		7.424	14.850	66.820	49.321	138.415

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos indexados a taxa de juros (não inclui caixa e bancos) da Companhia. A tabela foi elaborada de acordo com os prazos de vencimento não descontados dos ativos financeiros, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora

Controladora						
Taxa de juros efetiva média <u>ponderada</u> %	Menos de 1 <u>1 mês</u> R\$	De 1 a 3 <u>meses</u> R\$	De 3 meses <u>a 1 ano</u> R\$	De 1 a 5 <u>anos</u> R\$	Mais de <u>5 anos</u> R\$	<u>Total</u> R\$
30 de junho de 2016						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,07	2.011	-	1.796	-	3.807
		2.011	-	1.796	-	3.807
31 de dezembro de 2015						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	14,67	-	1.464	603	5.673	7.740
		-	1.464	603	5.673	7.740

Consolidado

Consolidado						
Taxa de juros efetiva média <u>ponderada</u> %	Menos de 1 <u>1 mês</u> R\$	De 1 a 3 <u>meses</u> R\$	De 3 meses <u>a 1 ano</u> R\$	De 1 a 5 <u>anos</u> R\$	Mais de <u>5 anos</u> R\$	<u>Total</u> R\$
30 de junho de 2016						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	12,07	3.011	-	1.796	-	4.807
		3.011	-	1.796	-	4.807
31 de dezembro de 2015						
Instrumentos a taxas de juros pós-fixadas	14,67	-	1.464	603	5.673	7.740
		-	1.464	603	5.673	7.740

Notas Explicativas

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos a mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

b) Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base nas quais as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3 destas informações contábeis consolidadas.

c) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações Financeiras	3.807	7.740	4.807	7.740
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e Bancos	12.008	16.828	14.886	17.939
Contas a Receber	171.481	169.067	181.844	182.201
Outras Contas a Receber	28.077	7.622	28.348	7.896
Passivos financeiros				
Contas a Pagar	181.543	264.268	185.387	269.181
Empréstimos e Financiamentos	177.109	132.001	182.604	138.415

d) Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta ao Dólar. Em 30 de junho de 2016, os principais saldos atrelados à moeda estrangeira são relacionados a seguir:

	US\$	
	30.06.16	31.12.15
Eurobonds	156.224	128.419
Total	156.224	128.419
Valores a pagar de terceiros	-	7.041
Total	-	7.041
Fornecedores	302	228
Total	302	228

Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Passivos em Dólar	Valorização do Dólar	295	590
Exposição líquida		295	590

Notas Explicativas

e) Análise de sensibilidade de taxa de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 2% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 2% mais alta e todas as outras variáveis se mantivessem constantes:

O prejuízo líquido do período em 30 de junho de 2016 aumentaria em R\$1.731 (aumentaria em R\$3.164 em 31 de dezembro de 2015). Isso ocorre principalmente devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos feitos a taxas pós-fixadas.

f) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº475/08.

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 478 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 478:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 27.a.iv;
- Um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados, dentro do esperado para a Companhia, e que é referenciada por fonte externa independente;
- Definição de dois cenários com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada;
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

O demonstrativo de análise de sensibilidade suplementar é como segue:

Controladora:			
Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Empréstimos	Aumento na taxa de juros	3.721	7.441
Exposição líquida		3.721	7.441
Consolidado:			
Descrição	Risco	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Empréstimos	Aumento na taxa de juros	3.787	7.574
Exposição líquida		3.787	7.574

Notas Explicativas

g) Valor justo dos instrumentos financeiros

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas para mensuração ao valor justo:

Mensurações de valor justo de Nível 1 – São obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 – São obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 – São as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

30.06.16							
Controladora			Consolidado				
	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)		Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros							
Valor justo por meio do resultado	-	3.807	-		-	4.807	-
Total:	-	3.807	-		-	4.807	-

31.12.2015							
Controladora			Consolidado				
	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)		Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)	Registros não observáveis (Nível 3)
Ativos financeiros							
Valor justo por meio do resultado	-	4.225	-		-	4.225	-
Total:	-	4.225	-		-	4.225	-

Os instrumentos financeiros que estão reconhecidos nas informações contábeis consolidadas pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado e se aproximam do seu valor justo.

Notas Explicativas

i) Caixa, bancos e aplicações financeiras

O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações contábeis consolidadas. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado.

ii) Empréstimos e Financiamentos

Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado dos mesmos foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. As condições e os prazos destes empréstimos e financiamentos estão apresentados nas Notas 18. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrados com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas informações contábeis consolidadas.

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de mitigá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações. Em 30 de junho de 2016, a cobertura de seguros contra riscos da Companhia é de R\$1.117.831 (R\$989.084 em 2015), composta da seguinte forma: Prédios R\$132.778 (R\$119.811 em 2015); Máquinas e Móveis e Utensílios R\$532.922 (R\$315.556 em 2015); Mercadorias e Matérias-Primas R\$51.166 (R\$63.743 em 2015); Lucro Cessantes R\$400.965 (R\$489.974 em 2015). As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das informações contábeis consolidadas individuais e consolidadas, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

32. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Avais, fianças e garantias

A Companhia possui como garantia, hipotecas (todos os graus), avais, penhor, caução e fianças no montante de R\$ 354.936 em 30 de junho de 2016, sendo que R\$ 37.100 referem-se a itens do ativo imobilizado oferecidos em garantia e R\$ 317.836 referem-se a participações societárias, avais e cauções. Estes foram dados como garantia de processos judiciais em andamento, contratos de fornecimentos de produtos, arrendamento mercantil e compromissos de empresas relacionadas. As operações da Companhia junto a fomentadora, BS Fomentos, estão garantidos por Marcas (Kalipto e NO ar) e estoque.

Os ativos imobilizados dados em garantia à execução fiscal nº 0001260-98.2011.4.03.611 (vide nota explicativa 23 – Compra e Venda de Títulos) ainda não estão contemplados nesta nota, pois estão em trâmite de formalização junto à Fazenda Nacional.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Bombril S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Bombril S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016 que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Conforme comentado na nota explicativa nº 2.2., os registros contábeis da controlada Bombril Overseas Inc., correspondentes aos anos de 2002 a 2005, foram reconstituídos pelos Administradores desta controlada com base em cópia de documentos como contratos, planilhas de controle, entre outros elementos passíveis de verificação que serviram de base para reconstituição destes registros. Isto, tendo em vista que por motivos contrários a vontade da Administração desta controlada os documentos originais encontram-se em poder das autoridades italianas (comentários adicionais na nota explicativa nº10) e, portanto, indisponíveis. Em 30 de junho de 2016, a controlada possui ativos totais de R\$505.801 mil, patrimônio líquido e R\$504.435 mil e lucro líquido para o período de seis meses de R\$98.437 mil. Conseqüentemente, não nos foi possível concluir se modificações relevantes deveriam ser efetuadas nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativamente aos saldos iniciais desta controlada.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto ao possível efeito do assunto comentado no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Em 30 de junho de 2016, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo no montante de R\$297.215 mil e capital circulante negativo de R\$251.209 mil (R\$239.996 mil no consolidado). Os esforços dedicados pela Administração da Companhia para o fortalecimento de suas atividades operacionais e conseqüente reestabelecimento do seu equilíbrio patrimonial estão comentados de forma abrangente na nota explicativa nº1.

Conforme comentado na nota explicativa nº 23, a Companhia e suas controladas discutem administrativa e judicialmente ações, principalmente de natureza tributária em diversas fases do rito processual, envolvendo o montante de R\$3.990.611 mil. Baseados na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, cuja avaliação do êxito é classificada como possível, a Administração decidiu não constituir provisão para estes potenciais riscos contingenciais.

Conforme comentado na nota explicativa nº12, a Companhia possui valores a receber e a pagar junto a determinadas empresas que são partes integrantes do grupo econômico de seu antigo acionista controlador (atualmente em processo de liquidação judicial) envolvendo as seguintes empresas: C&P Overseas Ltd., Cirio Brasil S.A., Agropecuária Cirio Ltda., C&P Capital Investment NV e Cragnotti & Partners Capital Investment Brasil S.A.. Quando da posse do atual acionista controlador (Newco International Limited), a nova Administração não teve oportunidade de reunir elementos suficientes e adequados para confirmação dos saldos das contas de ativo e de passivo junto às empresas anteriormente citadas. O principal fator desta indisponibilidade está relacionado ao fato de que

uma parcela substantiva destes ativos e passivos ser da controlada Bombril Overseas Inc. cuja documentação contábil encontra-se arrestada e em poder das autoridades italianas. Diante deste cenário, a Administração da Companhia fundamentou a constituição da provisão para perdas do valor integral dos ativos juntos a estas empresas no montante de R\$1.734.410 mil e a manutenção dos passivos atualizados de acordo com as premissas pactuadas a época de originação da dívida cujo montante atualizado em 30 de junho de 2016 é de R\$367 mil.

Conforme comentando nota explicativa nº 24.4, em 16 de setembro de 2014 ocorreu a primeira emissão de debêntures conversíveis em ações da Bombril S.A., em série única, da espécie com garantia real, as quais foram objeto de colocação privada, cujo montante em 30 de junho de 2016 é de R\$73.483 mil.

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 preparadas sobre a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias individuais e consolidadas é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto quanto ao possível efeito do assunto mencionado no parágrafo de Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de agosto de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

José Santiago da Luz
Contador CRC 1 SP 115785/O-9